

Anais da Assembléia

NÚMERO 2

CURITIBA, SEGUNDA, 3 DE MARÇO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA — REALIZADA seguinte
EM 3 DE MARÇO DE 1975 E X P E D I E N T E :

MENSAGENS:

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Agui- Curitiba 9 de dezembro de 1974
naldo Pereira Lima e Maurício Fruet.

Senhor Presidente:

À Hora Regimental é registrada a
presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo
Camargo, Luiz Gabriel Sampaio, José Antônio
Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício
Fruet, Fidelcino Tolentino, João Leopoldo Ja-
comel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antô-
nio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Za-
nusso, Lúcio Machado, Dácio Leonel, Deny
Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar
Barbosa, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto
Dal'Oglio, Ernesto Gnoatto, Ezequias Losso,
Fabiano Braga Côrtes, Accioly Neto, Francisco
Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilber-
to Carvalho, Hêlio Manfrinato, Ivo Thomazoni,
Jayme Rodrigues Carvalho, Muggiati Filho, Jor-
ge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Li-
neu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz
Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilson Sgua-
rezzi, Oswaldo Macedo, Otássio Pereira da Sila)
va, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Traja
no Bastos de Oliveira, Walter Pietrângelo,
Waldenício Barbalho e Werner Wanderer. (48).
Achando-se ausentes os Srs. Deputados: David
Federmann, Ivan Rüppel, João Sioni Neto, José
Domingos Scarpelini, Nelson Buffara e Wilson
Fortes. (6).

O interesse público na aprovação da
meida ora submetida à apreciação dessa Augus-
ta Casa, está expresso no próprio texto do
tratado.

Certo de que a solicitação formulada
merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio
e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Exce-
lência os meus protestos de estima e conside-
ração.

EMILIO GOMES - Governador do Estado

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECCIONAL JURÍDICA

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O
MINISTÉRIO DA SAÚDE E O GOVERNO DO
ESTADO DO PARANÁ, OBJETIVANDO O DE-
SENVOLVIMENTO DE PROGRAMA PARA PERMI-
TIR O AUMENTO DA COBERTURA DO GRUPO
MATERNO-INFANTIL NO ESTADO.

Verificada a existência de número
legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - sob a proteção de Deus,
iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da (1974), presentes, de um lado, o Ministério
Ata da Sessão anterior, é aprovada sem obser- da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Se-
vações. nhor Ministro de Estado da Saúde, Doutor PAU-

LO DE ALMEIDA MACHADO e de outro, o Governo ção permanentes, de acordo com o Programa de do Estado, através da Secretaria de Saúde do Saúde Materno-Infantil;

Estado do Paraná, representada pelo Excelen — II - destacar, dos recursos previstos no Pro- grama de Saúde Materno-Infantil a importância

tíssimo Senhor Secretário, DR. IVAN B. FONTOU de Cr\$ 2.418.900,00 (dois milhões, quatrocen- tos e dezoito mil e novecentos cruzeiros) que

RA, da Secretaria de Assistência Médica e da de Cr\$ 2.418.900,00 (dois milhões, quatrocen- tos e dezoito mil e novecentos cruzeiros) que

Coordenação de Proteção Materno-Infantil, do tos e dezoito mil e novecentos cruzeiros) que

Ministério da Saúde, representadas, respecti- serão transferida à Secretaria, de acordo com

vamente pelo Excelentíssimo Senhor Secretário o Cronograma de Desenvolvimento elaborado pe-

de Assistência Médica, Doutor PROPÍCIO CALDAS la CPMI, que fica fazendo parte integrante

FILHO e pela Excelentíssima Senhora Coordena- deste Convênio, a fim de atender às despesas

dora da Coordenação de Proteção Materno-Infan decorrentes da execução do Projeto de Saúde

til, Doutora DALVA COUTINHO SAYEG resolveram Materno-Infantil do Estado.

essas partes celebrar o presente Convênio me- CLÁUSULA IV — OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA — A

diantes as seguintes cláusulas e condições: Secretaria de Estado se obriga a:

CLÁUSULA I — CONVENÇÕES — Ficam convencionada I - aplicar os recursos financeiros, refe-

das as designações simplificadas que se se- ridos na Cláusula III, de acordo com as espe-

guem, pelas quais serão doravante mencionadas cificações contidas no PROJETO DE SAÚDE MATER

as entidades e órgãos correspondentes: a) "Mi NO-INFANTIL do Estado do Paraná e em conformi

nistério" — para o Ministério da Saúde; b) dade com o Plano de Aplicação a ser submetido

"Secretaria" — para a Secretaria da Saúde à aprovação do Ministério;

do Estado do Paraná; c) "SAM" — para a Secre II - capacitar pessoal interdisciplinar de

taria de Assistência Médica do Ministério da vários níveis necessário ao desenvolvimento

Saúde; d) "CPMI" — para a Coordenação de do Projeto;

Proteção Materno-Infantil da SAM. III - participar, em conjunto com a CPMI,

CLÁUSULA II — OBJETO — O presente Convênio do acompanhamento e avaliação do Projeto de

tem por objeto o desenvolvimento de Programa acordo com as normas recomendadas;

para permitir o aumento da cobertura do gru- IV - apresentar, trimestralmente, relatô —

po materno-infantil, no Estado do Paraná me- rios detalhados dos trabalhos realizados em

diantes: função deste Convênio;

a) - aumento da prestação de serviços de Saú- V - comprovar os recursos aplicados, à

de a baixo custo, obedecidas as diretrizes da CPMI, obedecida a legislação federal vigente

Política Nacional de Saúde. em conformidade com o objeto deste Convênio;

b) - acompanhamento da mãe na gravidez, no par- VI - oferecer todas as facilidades para o

to e no puerpério; desempenho dos trabalhos dos técnicos do Mi-

c) - acompanhamento do crescimento e desenvol- nistério no exercício de missões de assesso —

vimento da criança desde o nascimento; ria e supervisão local.

d) - dinamização dos serviços de Saúde Mater- CLÁUSULA V — VIGÊNCIA — O presente Convênio

no-Infantil; vigorará a partir da data de sua assinatura

e) - coordenação dos recursos existentes para pelas partes, devendo ser publicado no Diário

permitir maior atenção à gestante, à parturi- Oficial, tendo eficácia pelo prazo necessário

ente, à puerpera e à criança. à execução integral do Projeto.

CLÁUSULA III — OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO — CLÁUSULA VI — ALTERAÇÕES E EXTINÇÃO — O pre

O Ministério, através da CPM da SAM, obriga — sente Convênio poderá ser alterado, no todo

se a: ou em parte, a qualquer tempo, de comum acor-

I - prestar, a nível central, através da do entre os convenientes, mediante Termo Aditi

CPMI, assessoria técnica supervisão e avalia- vo, podendo, outros sim, ser rescindido pelo

inadimplemento de suas Cláusulas e condições, por superveniência de norma legal ou administrativa que o torne formal ou materialmente inexecutável.

E, por assim haverem concordado, foi o presente Convênio, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes componentes em presença das testemunhas abaixo mencionadas, dele se extraíndo cópias para sua fiel execução e publicação.

a) Dr. Paulo de Almeida Machado

a) Dr. Propício Caldas Filho

a) Dr. Ivan B. Fontoura

a) Dra. Dalva Coutinho Sayeg

Testemunhas ilegíveis.

79/74

Curitiba, 9 de dezembro de 1974

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 9 de outubro de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à aprovação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Centro de qua a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMILIO GOMES - Governador do Estado.

C O N V E N I O

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Nossa

Senhora das Graças, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de Outubro do ano de mil noventos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Ananias Vieira, Prefeito Municipal de Nossa Senhora das Graças, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), tendo em vista a autotização Governamental de 21/07/72 publicada no Diário Oficial do Estado nº 102 e tendo em vista a Lei Municipal nº 64/74, de 17/09/74, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVÊNIO — Fixar as obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providência de manutenção e preservação desses materiais. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento de capital) e de VERBAS DE CUSTEIO do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual - artigo 56), nos termos do artigo 49 do Código de Processo Penal e Decreto Estadual nº 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, de apuração e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVÊNIO A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a

área geográfica municipal de compromete a pre res ao equipamento principal, nestes inclui-
ver: das substâncias químicas, filmes, papéis, apro

a) - A Delegacia de Polícia Local, dos recur- priados, material de limpeza e conservação;
sos materiais, consubstanciados em equipamen- VI - Conserto e preservação de material mo-
tos indispensáveis a ação contínua policial, biliário e das instalações, internas e exter-
em quantidade e qualidade determinada pela Di nas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia
reção da Polícia Civil, através de prévio pla de Polícia local.

nejamento de aplicação;

b) - Os recursosaludidos compreenderão veícu- CLÁUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO
los policiais, equipamentos de telecomunica —
ções, móveis e utensílios científicos ou não As contribuições da Municipalidade ,
destinados aos setores especializados dos Ins proces-
titutos de Identificação, Polícia Técnica e sar-se-ão, na forma da legislação fiscal e
Médico Legal; fazendária e, para execução e controle especí

c) - A não empregar os veículos que hajam si- ficos, haverá delegação à chefia do setor da
do objetos deste convênio fora dos limites estrutura orgânica municipal, conjuntamente -
territoriais do município, ou quando recolhi- com a Delegacia de Polícia local, responsável
dos por razões administrativas, repor de ime- pela execução das normas na esfera da Secreta
diato, análogo equipamento. ria de Segurança Pública (Polícia Civil).

A Prefeitura Municipal de Nossa Se CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA.
nhora das Graças, em contrapartida, proporcio O presente convênio vigorará por
narã aos equipamentos adquiridos e fornecidos tempo indeterminado, cessando, para todos os
na vigência deste convênio e compreendidos na efeitos, seis meses depois que uma das partes
descrição genérica do item "b" do artigo ante o houver denunciado à outras, através de ato
rior: epistolar de uma das autoridades signatárias.

a) - Diretamente, através de dotações orçamen CLÁUSULA SEXTA — VIGÊNCIA
tárias próprias, consignadas anualmente na Este convênio entrará em vigor na
proposta encaminhada à Câmara Municipal ou data de sua publicação no Diário Oficial do
seus órgãos; Estado.

b) - Indiretamente, mediante contratos com em CLÁUSULA SÉTIMA — CERELIDADE DO APOIO
presas privadas especializadas: Compromete-se a Municipalidade, pela

I - O fornecimento de combustíveis e óleos Compromete-se a Municipalidade, pela
lubrificantes aos veículos policiais atribuí- autoridade signatária ou seu executor, dar
dos a Delegacia de Polícia ou órgãos componen- pronto e imediato atendimento às necessidades
tes locais; enquadradas, nas cláusulas deste convênio, de

II - Pneus e componentes, revisões periôdi- forma a não prejudicar os trabalhos policiais
cas quando cercada a garantia dos produtores; e ocasionando prejuízos à coletividade do Mu-
III - Conservação e reposição de peças, con- nicípio ou Justiça Pública.

sertos em geral, retífica ou substituição de E por estarem de pleno acordo com as
motores; cláusulas estipuladas, as partes constantes

IV - Manutenção de aparelhos de radiocomuni- firmam o presente convênio para que produza
cação, curta e longa distância, fixos, móveis os seus efeitos legais.

ou portáteis; fornecimento de implementos e Curitiba, 9 de outubro de 1974.

acessórios indispensáveis à atividades dos a) Sr, Mário Carneiro Portes

mesmos; a) Ananias Vieira

V - Utensílios ou acessórios complementa — Testemunhas ilegível.

80/74

Curitiba, 9 de dezembro de 1974

Senhor Presidente:

Tenho a honra de ecaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de General Carneiro e Inácio Martins, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMILIO GOMES — Governador do Estado.

Termo do Convênio que entre si fazem a Polícia civil do Paranã, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de GENERAL CARNEIRO, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paranã e o Senhor Thomaz Daldin Gaiovicz, Prefeito Municipal de General Carneiro, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 21 da Lei Complementar nº 2 de 18/06/73 (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22/07/72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETIVO DO CONVÊNIO

- Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

- Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de VERBAS DE CUSTEIO do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÕES E LEGISLAÇÕES: - A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição

Estadual - Artigo 56), nos termos do Artigo 4º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO: - A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) - a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) - os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) - a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

- A Prefeitura Municipal de General Carneiro, em contrapartida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) - diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) - indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I - o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II - pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III - conservação e reposição de peças; consertos em geral, retíficas ou substituições de motores;

IV - manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V - utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI - conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — DA CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

- As contribuições da Municipalidade, para a efetivação deste convênio processar-se-ão, na

forma da legislação fiscal e fazendária, e pa-
ra execução e controle específicos, haverá de-
legação à Chefia de setor da estrutura organi-
ca municipal, conjuntamente com o Delegado de
Polícia local, responsável pela execução das
normas na esfera da Secretaria de Segurança
Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA:

- O presente convênio vigorará por tempo in-
determinado, cessando para todos os efeitos,
seis meses depois que uma das partes o houver
denunciado à outra, através de ato epistolar
de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — VIGÊNCIA:

- Este convênio entrará em vigor na data de
sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO:

- Compromete-se a Municipalidade, pela autori-
dade signatária ou seu executor, dar pronto e
imediato atendimento às necessidades, enqua-
dradas nas cláusulas deste convênio, de forma
a não prejudicar os trabalhos policiais e oca-
sionando prejuízo à coletividade do município
ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusu-
las estipuladas, as partes constantes firmam
o presente convênio para que produza os seus
efeitos legais.

Curitiba, 23 de setembro de 1974.

a) MARIO CARNEIRO PORTES - Secretário de Se-
gurança Pública do Estado do Paraná

a) THOMAZ DALDIN GAIOVICZ - Prefeito Muni-
cipal de General Carneiro.

C O N V Ê N I O

Termo de Convênio que entre si fazem
a Polícia Civil do Paraná, através da
Secretaria de Segurança Pública, e a
Prefeitura Municipal de Inácio Mar-
tins, com a finalidade de traçar nor-
mas de mútua cooperação tendentes ao
fornecimento de equipamentos para a
Delegacia de Polícia local e a manu-
tenção e conservação dos mesmos.

Aos 19 dias do mês de setembro do
ano de mil novecentos e setenta e quatro, no
Gabinete do Secretário de Segurança Pública
presentes o Senhor General MARIO CARNEIRO POR-
TES, Secretário de Segurança Pública do Esta-
do do Paraná e o Senhor PEDRO BAZIA, Prefeito
Municipal de Inácio Martins, tendo em vista o
que preceitua o artigo 117 da Constituição Es-
tadual e o artigo 21 da Lei Complementar nº
2 de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios),
tendo em vista a autorização Governamental de
21/07/72 publicada no Diário Oficial do Esta-
do nº 102 e tendo em vista a Lei Municipal nº
108 de 20/11/73, resolveram, mediante as Cláu-
sulas do presente termo do convênio, estipu-
lar o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVÊNIO

Fixar as recíprocas obrigações que
permitam melhor atendimento à população local,
através de recursos materiais à Delegacia de
Polícia e decorrentes providências de manu-
tenção e preservação desses recursos:

Estabelecer normas de mútua coopera-

ção que visem a harmonia e a integração Esta-
do-Município no campo da manutenção da ordem,
com útil aproveitamento de dotações do FUNRES
POL (investimento capital) e de VERBAS DE
CUSTEIO do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (judiciária) Civil (Con-
stituição Estadual - artigo 56), nos termos do
artigo 4º do Código de Processo Penal e Decre-
to Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962,
tem os encargos entre outros, de apuração de
infrações penais e contravencionais, através
da Delegacia de Polícia local e seus órgãos
competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A Secretaria de Segurança Pública,
na esfera da administração policial civil,
restrita à área geográfica municipal se com-
promete a prover:

a) - A Delegacia de Polícia local, dos recur-
sos materiais, consubstanciados em equipamen-
tos indispensáveis a ação contínua policial,
em quantidade e qualidade determinada pela
Direção da Polícia Civil, através de prévio
planejamento de aplicação;

b) - Os recursos aludidos compreenderão veí-
culos policiais, equipamentos de telecomuni-
cões, móveis e utensílios científicos ou não,
destinados aos setores especializados dos Ins-
titutos de Identificação, Polícia Técnica e
Médico Legal;

c) - A não empregar os veículos que hajam si-
do objetos deste convênio fora dos limites
territoriais do Município ou, quando recolhi-
dos por razões administrativas, repor de ime-
diato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Inácio Mar-
tins, em contra partida, proporcionará aos
equipamentos adquiridos e fornecidos na vigên-
cia deste convênio e compreendidos na descri-
ção genérica do item "b" do artigo anterior:

a) - Diretamente, através de dotações orçamen-
tárias próprias, consignadas anualmente na
proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou
seus órgãos;

b) - Indiretamente, mediante contrato com em-
presas-especializadas;

I - O fornecimento de combustíveis e óleos
lubrificantes aos veículos policiais atri-
buídos a Delegacia de Polícia ou
órgão componentes locais;

II - Pneus e componentes, revisões periódi-
cas quando cessa da garantia dos produ-
tores;

III - Conservação e reposição de peças, con-
sertos em geral, retíficas ou substitui-
ção de motores;

IV - Manutenção de aparelhos de radiocomuni-
cação, curta e longa distância, fixos,
móveis ou portáteis; fornecimento de
implementos ou acessórios indispensá-
veis à atividade dos mesmos;

V - Utensílios ou acessórios complementares
ao equipamento principal, nestes incluí-
das substâncias químicas, filmes, pa-
peis apropriados, material de limpeza e
conservação;

VI - Conserto e preservação de material mobi-

liário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do Setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil)

CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois de uma das partes houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades enquadradas nas cláusulas deste convênio, da forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 19 de setembro de 1974.

- a) MÁRIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.
a) PEDRO BAZIA — Prefeito Municipal de Inácio Martins.

81/74

Curitiba, 19 de dezembro de 1974
Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de Convênio celebrado em 8 de abril de 1974, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a "Vacina ERA".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do Tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

- a) EMILIO GOMES - Governador do Estado..

Termo Aditivo de Convênio entre o Ministério da Agricultura e o Estado

do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, objetivando a continuidade ao Plano de Combate da Raiva dos Herbívoros, utilizando a "Vacina ERA".

Aos oito dias do mês de abril de 1974, o Ministério da Agricultura, daqui por diante referido como "Ministério", representado pelo seu Diretor Estadual no Paraná, Dr. JOÃO PALMA MOREIRA e o (a) Secretaria da Agricultura do Paraná, daqui por diante referida como "Secretaria", representada pelo seu Secretário, Dr. JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS JUNIOR conforme ent. constante no Protocolo 1.458/74-SA firmam o presente Termo Aditivo de renovação do Convênio firmado entre as mesmas partes lavrado em 23 de agosto de 1972 e publicado no Diário Oficial da União nº 169 de 04 de Setembro de 1972 às folhas nºs 7.896, pela forma seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Convênio referido no preâmbulo fica renovado até 31 de dezembro de 1975, podendo, a juízo dos convenientes, sofrer renovações tantas vezes quantas forem de interesse e das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA: O "Ministério" colocará a disposição da "Secretaria" para revenda aos criadores, à vista, de 40.000 (quarenta mil) doses da "Vacina ERA", em 4 (quatro) parcelas de 10.000 (dez mil) doses, ao preço unitário de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) perfazendo o total de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros) pagáveis pela "Secretaria" através do seu Fundo de Equipamento Agropecuário (FEAP), depois da revenda.

CLÁUSULA TERCEIRA: Continuam em vigor todas as demais Cláusulas do Convênio referido no preâmbulo, até o prazo estipulado no presente Termo Aditivo. E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo, que lido e achado certo, vai assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas.

a) JOÃO CARLOS PALMA MOREIRA — Diretor Estadual "Ministério"

a) JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS JUNIOR — Secretário da Agricultura.

82/74

Curitiba, 9 de dezembro de 1974

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 13 de março de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, objetivando seu desenvolvimento e aplicação da legislação específica.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada eficiência das atividades do Convênio e disto merecerá dessa Colenda Casa o necessário a-dar conhecimento ao DD/DDC; poio e consequente aprovação, reitero a Vossa f) dirigir-se à entidade vinculada ao Convê Excelência os meus protestos de estima e con- sideração. nio, ou outras que eventualmente colaborarem, na sua execução solicitando as providências - necessárias ao bom andamento do trabalho;

a) EMILIO GOMES - Governador do Estado.

Termo de Convênio celebrado entre o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, referente aos trabalhos de Promoção, Assistência e Fiscalização do Cooperativismo, visando ao seu desenvolvimento e aplicação da legislação específica.

Aos 13 dias do mês de março de 1974, o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, Estado;

doravante denominado apenas INCRA, neste ato c) - assumir as obrigações legais com o pes- representado por seu Presidente Dr. WALTER soal convocado à execução do presente Convê- COSTA PORTO, e o GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, nio, excetuados os servidores do INCRA; doravante designado apenas por GOV/PR, nested) - fazer observar as instruções que tenham ato representado pelo Governador Dr. EMÍLIO sido ou venham a ser baixadas pelo Departamen- HOFFMANN GOMES, resolveram assinar o presente to de Desenvolvimento Rural - DD do INCRA, sem que se regerá pelas cláusulas e condições se- prejuízo do que tenha sido acordado no presen- te Convênio;

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo presente Convên- , fazer cumprir a legislação vigente e as ca o GOV/PR pelo seu Departamento de Assis- normas aplicáveis às cooperativas, assim como tência ao Cooperativismo da Secretaria da fiscalizar o funcionamento de cada entidade, Agricultura incumbido da execução, articulado pelo menos uma vez por ano, dando sempre ime- com a Coordenadoria Regional do INCRA, dos diato conhecimento ao INCRA das irregularida- serviços relativos à promoção da legislação des apuradas, bem como as providências adota- específica em toda área territorial dessas;

CLÁUSULA SEGUNDA: Ao INCRA compete: f) - lavrar os autos de infração decorrentes de não cumprimento da legislação cooperativis- ta em vigor e fazer a devida comunicação ao

a) - contribuir com a importância de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquente mil cruzeiros) INCRA, colocando-a a disposição do GOV/PR, sendo que g) - remeter todos os documentos de interes- dessa contribuição correrá à conta da atividade se das cooperativas com destino ao INCRA para de 10.02.6.2.1.01 - elemento de despesa 3270 a Coordenadoria Regional;

- do Orçamento Programa do INCRA para o exer- h) - proceder ao exame contábil das coopera- cício de 1974, a qual são poderão ser movimenta- tivas, para verificar se estas observam as tivas, para verificar se estas observam as instruções e normas técnicas estabelecidas pe- da depois de aprovada pelo DD/DDC, um plano de las determinações estatutárias e legais; trabalho integrado do qual resultará o Plano de Aplicação;

b) - designar, um Coordenador para o presente Ação do INCRA, nos assuntos pertinentes ao Cooperativismo; Convênio que será o Coordenador Regional do INCRA ou outro funcionário da Coordenadoria - j) - manter atualizados os sistemas de Rela- Regional a critério da Presidência, o qual re- tório do Convênio e os arquivos relacionados torio do Convênio e os arquivos relacionados com o mesmo, bem como um fichário contendo in- apresentará o INCRA junto ao Órgão Executor. - formações sobre as entidades cooperativistas;

CLÁUSULA TERCEIRA: A Coordenadoria Regional l) elaborar relatórios especiais quando soli- citados pelo INCRA;

a) - acompanhar a execução do Convênio; m) organizar e encaminhar à Coordenadoria Re- gional do INCRA no Estado do Paraná-CR-09 até trinta dias após o término do "ano convênio", relatório circunstanciado e documentado dos trabalhos desenvolvidos;

b) - participar na seleção dos técnicos a se- rem contratados para prestação de serviços ao presente Convênio; n) apresentar, até trinta dias após o encer- ramento do Convênio, completa prestação de serviços relativos a planos e projetos espe- cíficos, vinculados aos objetivos do presente Convênio;

c) - colaborar, dentro das suas possibilida- des com pessoal especializado na execução de serviços relativos a planos e projetos espe- cíficos, vinculados aos objetivos do presente Convênio;

e) conduzir estudos sobre avaliação dos re- sultados alcançados, bem como verificar a (cento e sessenta e cinco mil cruzeiros) ne-

cessária à complementação para execução do Plano de Trabalho Integrado, independente de outras formas de participação.

CLÁUSULA SEXTA: Os recursos a que se refere a Cláusula Segunda, alínea "a" serão liberados em favor do Governo do Paraná.

CLÁUSULA SÉTIMA: O presente Convênio terá a duração de 1 (um) ano denominado "ano convênio", a partir de 13 de março de 1974, ou seja, 1 (um) dia após o encerramento da vigência do convênio anteriormente firmado com a mesma finalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente Convênio poderá ser renovado por igual período desde que os resultados obtidos assim aconselhem.

CLÁUSULA OITAVA: O nome do INCRA constará ao lado do nome do GOV/PR em todos os trabalhos, impressos, publicações, veículos e material de informação adquiridos ou elaborados com recursos do Convênio.

CLÁUSULA NONA: Sem prejuízo da autonomia administrativa, operacional e financeira das partes contratantes, o Ministério da Agricultura, através de seus órgãos centrais, exercerá a fiscalização e controle do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA: Cabe ao GOV/PR adotar as providências legais junto aos órgãos competentes de sua estrutura administrativa com relação à contra-partida financeira, conforme estabelece a Cláusula Quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A emissão de comprovante de entrada de documentos em protocolo para efeito do contido no artigo 18 e seus parágrafos e artigos 19 e 20 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, é de competência exclusiva da Coordenadoria Regional do INCRA no Estado do Paraná-CR-09, sendo indelegável esta competência para qualquer parte deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Todos os bens de natureza permanente que venham a ser adquiridos com recursos do INCRA a ela reverterão após o término ou rescisão do presente Convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os bens a que se refere esta Cláusula serão relacionados por ocasião da apresentação das contas, devendo uma cópia da relação ser imediatamente encaminhada ao Serviço de Patrimônio do INCRA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este Convênio poderá ser rescindido, automaticamente, por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, ou denunciado quando do interesse de qualquer das partes convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os termos que forem adotados ao presente Convênio bem como a sua rescisão ficam sujeitas às disposições da Cláusula Oitava.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja, para solução de questões relativas a este instrumento, quando as mesmas não puderem ser resolvidas de comum acordo entre as partes signatárias.

E para clareza e validade do que ficou convencionado lavrou-se este termo que li pelas partes convenientes e testemunhas pre-

a) WALTER COSTA PORTO - Presidente do INCRA.

a) JOSÉ CASSIANO GOMES DOS REIS JUNIOR - Secretário da Agricultura p/ EMÍLIO HOFFMANN GOMES - Governador do Estado cf/autorização contida no Of. nº 233/74-G.

Testemunhas ilegíveis.

83/74

Curitiba, 9 de dezembro de 1974

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de março de 1974, entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Saúde, objetivando estabelecer condições para execução de programas, projetos e atividades, relacionados com a saúde mental.

O interesse pública na aprovação da mesma ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES - Governador do Estado.

Termo de Convênio Celebrado entre o Ministério da Saúde e o Governo do Estado do Paraná, para o Desenvolvimento de Programas de Saúde Mental.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de março de mil novecentos e setenta e quatro (1974), no Gabinete do Ministro da Saúde, presentes, de um lado o Ministério da Saúde, representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, Doutor MÁRIO MACHADO DE LEMOS, com a participação da Secretaria de Assistência Médica, representada pelo seu Responsável, Doutor PROPCIO CALDAS FILHO, e da Divisão Nacional de Saúde Mental, representada pelo seu Diretor Doutor HAMILTON SEQUEIRA, e, de outro lado, o Governo do Estado do Paraná, representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, Doutor IVAN B. FONTOURA, resolveram celebrar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - CONVENÇÕES - Ficam convencionadas as seguintes designações simplificadas para as partes convenientes: "Ministério" para o Ministério da Saúde; "Governo" para o Governo do Estado do Paraná; "Divisão" para a Divisão Nacional de Saúde Mental; "Secretaria" para a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.

CLÁUSULA II - OBJETO - O presente Convênio tem por objeto estabelecer condições para a ação conjugada entre a Divisão e a Secretaria

ria, na execução de programas, projetos e atividades, relacionados com a saúde mental.

CLÁUSULA III - OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO - O Ministério, através da Divisão, assume as seguintes obrigações:

a) - auxiliar, técnica e financeiramente, os órgãos especializados em saúde mental, da Secretaria, nos limites fixados, anualmente, nos Planos de Distribuição e Programas de Trabalho, aprovados pelo Ministério de Estado da Saúde;

b) - proporcionar à Secretaria, medicação específica destinada pela Central de Medicamentos;

c) - acompanhar e apoiar o desenvolvimento do programa de saúde mental no Estado, através de supervisão local e avaliação dos relatórios recebidos;

d) - participar do treinamento e capacitação de pessoal técnico e auxiliar, através da realização de seminários e encontros regionais, cursos de curta duração, reuniões e estágios em unidades da Divisão;

e) - prestar assessoria técnica especializada através de consultores e supervisores designados para esse fim;

f) proporcionar assistência supletiva, através de fornecimento de material permanente, e equipamentos, impressos padronizados e outros, de acordo com as disponibilidades financeiras observada a legislação em vigor;

g) - proporcionar em caráter supletivo, através das suas unidades de administração direta, até que se processe a transferência das mesmas para o Estado, assistência ambulatorial de acordo com as normas técnicas recomendadas pela Divisão, mediante contribuição financeira da Secretaria, conforme vier a ser estipulado.

CLÁUSULA IV - OBRIGAÇÕES DO GOVERNO - O Governo, através da Secretaria, assume as seguintes obrigações:

a) apresentar à Divisão os programas de saúde mental elaborados pela Secretaria, acompanhados do respectivo cronograma de atividades considerando os recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis, bem como o entrosamento entre as unidades oficiais e particulares, existentes na área para viabilizar a execução dos mesmos;

b) manter com recursos próprios e ajuda supletiva da Divisão, de acordo com as disponibilidades deste última, unidades hospitalares e ambulatoriais para atendimento à população do Estado;

c) assumir a responsabilidade pela manutenção e administração dos ambulatorios de saúde mental da Divisão no Estado;

d) aplicar os recursos recebidos da Divisão de acordo com os Planos de Aplicação aprovados e apresentar as comprovações de despesas respectivas, nos prazos fixados, obedecida a legislação federal vigente;

e) designar pessoal de seus quadros para, em conjunto, com os técnicos da Divisão, desenvolverem ações consideradas prioritárias para o êxito dos programas de saúde mental nacional e estadual;

f) efetuar a supervisão e avaliação das ações compreendidas no presente convênio, cumprindo os objetivos e metas fixados no programa aprovado;

g) remeter à Divisão, nas datas por ela estabelecidas, relatórios sobre o desempenho das ações previstas no programa; dados estatísticos e todas as informações solicitadas;

h) observar na elaboração e execução do programa de saúde mental do Estado, as diretrizes da Política Nacional de Saúde formuladas pelo Ministério de conformidade com o artigo 156 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e em especial, as normas técnicas sobre saúde mental recomendadas pela Pasta;

i) coordenar a nível regional e local, as atividades contempladas no programa, de saúde mental, criando na estrutura central da Secretaria uma Coordenadoria de Saúde Mental;

j) avaliar, em conjunto com a Divisão, no final de cada programa, os resultados obtidos;

l) proporcionar todas as facilidades possíveis, inclusive transporte dentro do Estado, aos técnicos da Divisão, quando em missão de supervisão das ações programadas.

CLÁUSULA V - AÇÃO CONJUGADA - A Divisão e a Secretaria conjugarão esforços objetivando obter maior produtividade, economia nos gastos, evitar a dispersão de esforços e a repetição de ações, possibilitando maior harmonia e coerência nas decisões, tudo relacionado, com o objeto deste Convênio.

CLÁUSULA VI - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO - O presente Convênio vigorará pelo prazo de um (1) ano, a partir da data da sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado, por prazos iguais e sucessivos, caso não haja manifestação em contrário de uma das partes antes de seu termo, podendo ainda ser modificado, a qualquer tempo, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA VII - RESCISÃO E RESILIÇÃO - O presente Convênio poderá, ademais, ser rescindido pelo inadimplemento de suas cláusulas e condições, mediante denúncia; resilição pela superveniência de norma legal, que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou por mútuo consentimento, mediante manifestação de qualquer das partes, feita com antecedência de 90 (noventa) dias da data fixada para a extinção de sua vigência.

E, por estarem acordes foi o presente Convênio lavrado e assinado pelas partes e testemunhas abaixo, dele se extraíndo cópias para sua publicação e execução.

as) MARIO MACHADO DE LEMOS - Ministro da Saúde.

as) PROPÍCIO CALDAS FILHO - Responsável pela Secretaria de Assistência Médica.

as) DR. IVAN B. FONTOURA - Secretário de Saúde Pública.

as) HAMILTON SEQUEIRA - Diretor da Divisão Nacional de Saúde Mental.

Testemunhas - ilegível.

4/75

Curitiba, 28 de janeiro de 1975

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica da Convenção celebrada pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com o Município de Boa Esperança, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUN-RESPOL e verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMILIO GOMES - Governador do Estado.

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Boa Esperança, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, bem como a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 05 dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes os senhores MARIO CARNEIRO PORTES e HARIDE CAVALETTI, respectivamente Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e Prefeito Municipal do Município de Boa Esperança, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar nº 2 de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios); a autorização Governamental de 21/07/72, publicada no Diário Oficial do Estado nº 102/72 e a Lei Municipal nº 40/74 de 25/11/74, publicada no Jornal Folha do Vale do Piquiri, de 01/12/74, resolveram mediante as cláusulas do presente Convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DO CONVÊNIO.

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração do Estado Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de VERBAS

DE CUSTEIO do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual nº 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, a apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da Administração Policial Civil, restrita à área geográfica municipal se compromete:

a) prever:

- a) - a Delegacia de Polícia local dos recursos materiais, substituídos em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) - os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) - a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Boa Esperança, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do Artigo anterior:

- a) - Diretamente através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou de seus órgãos, ou;
- b) - Indiretamente mediante contrato com empresas privadas especializadas;
 - I - O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
 - II - Pneus e componentes, revisão periódica, quando cessada a garantia dos produtos;
 - III - Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
 - IV - Manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
 - V - Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
 - VI - Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e ex-

ternas dos órgãos, locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA: DA CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO.

As contribuições da Municipalidade, para a efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da fiscalização, digo, legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica Municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA: PRAZO E DENÚNCIA.

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o tiver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA.

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

CLÁUSULA SÉTIMA: CELERIDADE DO APOIO.

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 05 de dezembro de 1974.

a) MARIO CARNEIRO PORTES - Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

a) HARIDE CAVALETTI - Prefeito Municipal de Boa Esperança.

Testemunhas: ilegível.

5/75

Curitiba, 28 de janeiro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 12 de dezembro de 1974, ao Convênio de 8 de novembro de 1973, celebrado entre o Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES - Governador do Estado

OBRAS ESPECIAIS, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE, COMO ABAIXO SE DECLARA:

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General MÁRIO CARNEIRO PORTES e pelo Bacharel ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER — por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CRISTO; e a Prefeitura Municipal de Rancho Alegre, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal JARBAS THOMAZINHO, firmaram o presente aditivo ao convênio que celebraram em 08/11/73, pelo processo de protocolo nº 6.136/73-DEOE, para a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia na sede do Município de Rancho Alegre, aditivo este de acordo com o vencido no processo de protocolo nº 2.743/74-DEOE, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica acrescida de Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros) para Cr\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil cruzeiros) a importância determinada, para a participação financeira da Secretaria de Segurança, na Cláusula Terceira, item 3.1, do termo do convênio referido no preâmbulo deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para os efeitos do disposto nesta cláusula a Secretaria da Segurança emitiu em 25/11/74 o empenho de verba nº 180/74, na importância de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), à conta do Orçamento do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL — Código 3306.0812.1003—2.5, na Categoria Econômica 4.0.0.0 — Sub-Categoria 4.1.0.0, Elemento da Despesa 4.1.1.0, Sub-Elemento 4.1.1.0.06.

CLÁUSULA SEGUNDA: O pagamento da importância do acréscimo de que trata a cláusula anterior dar-se-á mediante faturamento hábil da Prefeitura Municipal e por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, após a publicação deste termo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ratificam-se as demais disposições do convênio originário no que não modificadas explícita ou implicitamente pelas do presente aditivo.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este aditivo, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

a) MÁRIO CARNEIRO PORTES
Secretário da Segurança Pública do Estado

a) GERHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

a) JARBAS THOMAZINHO
Prefeito Municipal de Rancho Alegre

a) ANTÔNIO LOPES DE NORONHA
Diretor da Polícia Civil

a) ROLF LUNKMOSS DE CRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.

6/75

Curitiba, 28 de janeiro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO ENTRE A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (POLÍCIA CIVIL), A SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, POR SEU DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E

os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 12 de dezembro de 1974, ao Convênio de 28 de dezembro de 1973, celebrado entre o Estado do Paraná e a Prefeitura Municipal de Tapejara, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES – Governador do Estado

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO ENTRE A SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (POLÍCIA CIVIL), A SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, POR SEU DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS ESPECIAIS, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA, COMO ABAIXO SE DECLARA:

Aos doze (12) dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General MÁRIO CARNEIRO PORTES e pelo Bacharel ANTÔNIO LOPES DE NORONHA, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado – perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro GERHARD LEO LINZMEYER – por seu Diretor Geral, Engenheiro ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO; e a Prefeitura Municipal de Tapejara, representada pelo Sr. Prefeito Municipal NOÉ CALDEIRA BRANT, firmaram o presente aditivo ao convênio que celebraram em 28/12/73, pelo processo de protocolo nº 5.598/73-DEOE, para a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia na sede do Município de Tapejara (publicação no D.O.E. nº 28, de 09/04/74), aditivo este de acordo com o vencido no processo de protocolo nº 5.344/74-DEOE, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica acrescida de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) a importância determinada, para a participação financeira da Secretaria da Segurança, na Cláusula Terceira, item 3.1, do termo do convênio originário.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para os efeitos do disposto nesta cláusula a Secretaria da Segurança emitiu em 25/11/74 o empenho de verba nº 179/74, na importância de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), à conta do vigente orçamento do Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL – Código 3306.0812.1003-2.5, Categoria Econômica 4.0.0.0 – Sub-Categoria 4.1.0.0, Elemento da Despesa 4.1.1.0, Sub-Elemento 4.1.1.0.06.

CLÁUSULA SEGUNDA: Ficam reajustadas, na mesma proporção do acréscimo de que trata a cláusula anterior, as parcelas de pagamento discriminadas na Cláusula Terceira, item 3.2 e seus sub-ítem 3.2.1 a 3.2.6, do termo do convênio originário, passando as mesmas, em consequência, a considerar-se como sendo de Cr\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros) a primeira, de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a segunda, a terceira, a quarta e a quinta, e de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) a última.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ratificam-se as demais disposições do convênio originário no que não modificadas explícita ou implicitamente pelas do presente aditivo.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este aditivo, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

a) MARIO CARNEIRO PORTES
Secretário da Segurança Pública do Estado

a) GERHARD LEO LINZMEYER
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

a) NOÉ CALDEIRA BRANT
Prefeito Municipal de Tapejara

a) ANTÔNIO LOPES DE NORONHA
Diretor de Polícia Civil

a) ROLF LUNKMOSS DE CHRISTO
Diretor Geral do D.E.O.E.

Curitiba, 28 de janeiro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Matinhos e Nova Esperança, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido de fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) EMÍLIO GOMES – Governador do Estado

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Matinhos, com a finalidade de traçar normas de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezoito dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor MÁRIO CARNEIRO PORTES, Secretário de Segurança Pública, do Estado do Paraná e o Senhor JOÃO JACINTHO MESQUITA, Prefeito Municipal de Matinhos, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar nº 2 de 18/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), tendo em vista a autorização Governamental de 21/07/72 publicada no Diário Oficial do Estado nº 102 e tendo em vista a Lei Municipal nº 183/74 de 08/11/74, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONVÊNIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de VERBAS DE CUSTEIO de Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual – artigo 56 nos termos do artigo 4º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros, apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A Secretaria de Segurança Pública, na ordem da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) – A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) – Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos institutos de identificação, Polícia Técnica e Médico-Legal;
- c) – A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município, ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Matinhos, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) – Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;
- b) – Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

- I - O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;
- II - Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III - Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV - Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V - Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI - Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia Local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes e houver denúncia a outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias;

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipula-

das, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 18 de novembro de 1974.

- a) **MÁRIO CARNEIRO PORTES**
Secretário da Segurança Pública do Estado
- a) **JOÃO JACINTO MESQUITA**
Prefeito Municipal de Matinhos

CONVÊNIO

Termo de Governo que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Nova Esperança, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia da Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 28 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Ersílio Kreling, Prefeito Municipal de Nova Esperança, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar nº 2 de 19/06/73 (Lei Orgânica dos Municípios), tendo em vista a autorização Governamental de 21/07/72 publicada no Diário Oficial do Estado nº 102 e tendo em vista a Lei Municipal nº 849 de 18/06/74, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONVÊNIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciário) Civil (Constituição Estadual artigo 56); nos termos do artigo 4º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1968, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção de ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita a área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) – A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através do prévio planejamento de aplicação;
- b) – De recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) – A não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo

equipamento.

A Prefeitura Municipal de Nova Esperança, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos.

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestas incluídas químicas, filmes,

papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGACÃO

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através do ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — VIGÊNCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmem o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 28 de novembro de 1974. —

a) MÁRIO CARNEIRO PORTES

Secretário da Segurança Pública do Estado

a) JOSÉ ERCÍLIO KRELING

Prefeito Municipal de Nova Esperança

a) TESTEMUNHAS

Ilegíveis.

OFÍCIOS

Sob os nºs 315 e 316/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs.

162/74: Oriundo de Mensagem Governamental sob o nº 63/74, que versa sobre a Lei do Orçamento Geral do Estado do Exército financeiro de 1975, o qual convertido em Lei tomou o nº 6.640.

— **Agradeça-se.**

122/74: Do Senhor Deputado FRANCISCO BORSARI NETO, que autoriza o Poder Executivo dispendar a exigência da construção do Restaurante Popular tipo SAPS, constando o Art. 2º da Lei nº 276, de 31 de outubro de 1951, o qual convertido em Lei tomou o número 6.642. — **Agradeça-se.**

Dob o nº 2.566/74, do Senhor Engo ANY ALVES NEVES, Chefe do 9º DRF, comunicando que por ato do Senhor Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, assumiu aquela função. — **Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.**

Do Senhor Deputado Federal LEO RIFFEL, encaminhando, para a devida apreciação deste Poder, projeto de lei, de autoria do referido Parlamentar, visando resguardar os supremos interesses da Nação e impedir que se esgotem doravante as reservas cambiais, recursos financeiros e o próprio empenho humano posto a serviço do desenvolvimento econômico do Brasil. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 3612, do Senhor ANTONIO STELLA MORUZZI, Presidente da Câmara Municipal de São Carlos, Estado de São Paulo, comunicando a aprovação de requerimento formulado pelo Senhor Vereador LUIZ PAULILLO FILHO, propondo a inserção na Ata dos trabalhos daquela Casa, de votos de aplausos e solidariedade ao ilustre filho de São Carlos, Excelentíssimo Senhor Coronel EMYGIO DE PAULA, pela homenagem desta Assembléia, ao lhe conferir o Título de "Cidadão Honorário do Paraná". — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1013/74, do Senhor Vereador EDGARD DANTAS PIMENTEL, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a aprovação de proposição de autoria do Senhor Edil ARLINDO RIBAS DE OLIVEIRA, requerendo a sustação de Sessão Ordinária daquela Câmara, para que os Senhores Vereadores possam assistir a solenidade para a entrega do Título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Excelentíssimo Senhor Major Professor WALDYR JANSEN DE MELLO. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 608/74, do Senhor RAFAEL IATAURO, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando à esta Casa um exemplar da Revista do Tribunal de Contas do Estado, publicação nº 24, referente aos meses de setembro e outubro do ano próximo passado, contendo entre outros temas, as ementas das decisões do Tribunal Pleno e do Conselho Superior daquele Órgão. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 045/74, do Senhor ATHOS MORAES DE CASTRO VELLOZO, comunicando que, após o devido compromisso legal junto ao Egrégio Tribunal Pleno, assumiu o cargo de 1º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. — **Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.**

Sob o nº 437/74, do Senhor HENRIQUE NOGUEIRA DORFMUND, comunicando que, tendo em vista o infausto falecimento do emérito Desembargador EDMUNDO MERCER JUNIOR, assumiu o exercício do cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. — **Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.**

Sob o nº 133/74, do Senhor JOAQUIM CELESTINO FERREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Campo Largo, a pedido do Senhor Vereador OSVALDO ANDRADE ZOTTO, comunica a esta Casa, que o projeto de lei daquela Câmara o qual dá o nome de OTALÍPIO PEREIRA DE ANDRADE, ao Grupo Esco-

lar de Bateias, foi aprovado por aquele Legislativo Municipal. Outrossim, o mesmo foi encaminhado ao Senhor Prefeito, para os fins de Sanção, tendo sido vetado por ser o referido Grupo Escolar de propriedade do Estado. — **Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.**

Sob o nº 19/74, do Senhor ELIZEU PEREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Guapirama, comunicando que em Sessão Ordinária daquele Legislativo, foi aprovado a renúncia por escrito, do Vereador JOSÉ EUCLIDES MACHADO, eleito pela legenda da ARENA. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 036/74, do Senhor DARIO C. LOBO, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Municipal de Clevelândia, comunicando que em sessão ordinária daquele Legislativo, foi declarado extinto o mandato do Vereador do Senhor OVIDIO BENTO BUFFON, eleito pelo partido da ARENA. — **Ao conhecimento da Casa.**

OFFÍCIO

Senhor Presidente:

Através o presente temos a honra de informar a Vossa Excelência que fomos designados para exercer a Liderança da Arena, nesta Augusta Casa de Leis.

Para os devidos fins anexamos a este, a indicação subscrita pela maioria dos Senhores Deputados integrantes da Bancada.

Na oportunidade renovamos a Vossa Excelência os nossos protestos de estima e consideração.

a) Ivo Thomazoni.

Os abaixo assinados, Deputados Estaduais da Aliança Renovadora Nacional — ARENA, ratificam o nome do Deputado Ivo Thomazoni, para exercer a Liderança da Arena, homologando decisão adotada em reunião realizada em 31.01.1975.

Sala das Sessões, em 3 de fevereiro de 1975.

(aa) Gabriel Manoel
Egon Pudell
Quielise Crisóstomo da Silva
Basílio Zanusso
Alfredo Gulin
Werner Wanderer
Gilberto Carvalho
Ezequias Losso
Aguinaldo Pereira Lima
Dácio Leonel
Francisco Escorsin
Fabiano Braga Cortes
Jorge Sato
Paulo Camargo
Fuad Nacli
Luiz Roberto Soares
Lázaro Dumont

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. ALVIR ROSEMBERG, ocorrido em União da Vitória.

Pessoa radicada naquela cidade, exerceu às atividades de médico por muitos anos, e deputado estadual constituinte no ano de 1946, e membro de tradicional família, deixa seu falecimento uma lacuna difícil de ser pre-

enchida no rol daqueles que ajudaram no progresso, pela dedicação e trabalho.

Requerem, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1975.

a) DOMICIO SCARAMELLA
a) LUIZ ROBERTO SOARES
a) DENY LINEU SCHWARTZ

Senhor Presidente:

O Deputado que o oresente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ELIAS LABEGALINI, ocorrido dia 28/02/75, na cidade de Kaloré.

O extinto gozava de grande conceito na região, pertencente a tradicional família e era progenitor do ex-senador Benjamin Labegalini.

Outrossim, Requer, que da decisão do presente se dê ciência à família enlutada em nome de Benjamin Labegalini e Irmãos - Kaloré.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1975.

a) GILBERTO CARVALHO

Excentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de louvor ao jornal "O Estado de São Paulo", por haver completado o seu primeiro Centenário de fundação em 4 de janeiro próximo passado.

Padrão do jornalismo nacional, em razão de sua coerência de linha informativa, o "Estado" constitui uma das maiores expressões de nossos meios de comunicação e um dos baluartes na luta pela melhoria das condições sócio-econômico-políticas do povo brasileiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Sr. Júlio de Mesquita Neto, Presidente do referido Órgão de Divulgação.

Sala das Sessões, em 1 de março de 1975.

a) WERNER WANDERER

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de louvor ao professor e advogado DOUTOR RENÉ ARIEL DOTTI, uma das figuras mais expressivas da cultura -

jurídica do Paraná, por sua brilhante atuação no V Congresso Brasileiro de Direito Penal e Ciências Afins, realizado em fevereiro p.p., na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Doutor Renê Dotti, professor da Universidade Federal do Paraná, em sua tese de 92 páginas, entre outros pontos, defendeu a maior humanização no cumprimento das penas de prisão, fazendo ressaltar que, se a pena de prisão é inadiável nos sistemas primitivos das sociedades modernas, sua aplicação deve ser promovida em bases humanas e modernas, com a lembrança de que o homem é o seu objetivo.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário, se dê ciência ao Sr. Professor Doutor Renê Ariel Dotti, à rua Marechal Deodoro, 497, 18º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 1 de março de 1975.

a) WERNER WANDERER

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja con signado em Ata, um voto de congratulações pela passagem do 10º aniversário da revista "PARANÁ EM PÁGINAS".

Sala das Sessões, em 3 de março de 1975.

a) ENÉAS FARIA

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações à Editora TIBAGI S/A., pelo lançamento do jornal "PANORAMA", ocorrido dia 27 de fevereiro do corrente.

Pelo expressivo acontecimento, que sem dúvida irá projetar ainda mais o Estado do Paraná nos meios de comunicação do País é que apresentamos o presente, solicitando, outrossim, que da decisão do presente se dê ciência à referida Editora.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inserção na Ata dos trabalhos da Casa, de Voto de congratulações e regozijo para o Professor RENE ARIEL DOTTI, da Universidade do Paraná, por sua participação brilhante no "V Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins", onde sua tese, "As novas dimensões na execução da pena", foi aprovada pela unanimidade dos participantes daquele conclave, numa demonstração ex-

pressiva da capacidade e do talento do ilustre Professor paranaense.

Requer, ainda, que da aprovação deste se dê conhecimento ao Professor RENE ARIEL DOTTI.

Sala das Sessões, em 4 de março de 1975.

a) GABRIEL MANOEL.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o encaminhamento ao D.E.R. de Apelo, no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias ao asfaltamento da rodovia que liga Bela Vista do Paraíso a Alvorada do Sul, pois se trata de Estrada da maior importância econômica para a região.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Casa envie um apelo ao Senhor Ministro dos Transportes, General Dirceu de Araujo Nogueira, no sentido de autorizar e providenciar a pavimentação da BR-467, no trecho compreendendo entre Toledo, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra.

Tal medida se justifica em virtude da importância econômica da região servida por esta estrada, uma vez que a agricultura tendo saído já há muito do empirismo, empregando modernas técnicas, avoluma a cada ano uma safra maior e a precariedade das condições de acessibilidade está se constituindo no principal entrave ao desenvolvimento atual da região e investimentos agropecuários maiores. Sendo do conhecimento de todos que a região é das mais ricas, porém com uma estrada primária, não oferecendo as mínimas condições de tráfego nos dias de chuva, para o escoamento principalmente do soja e trigo.

Sala das Sessões, em 1 de março de 1975.

a) WERNER WANDERER.

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado expediente à Câmara Federal, dirigindo-lhe apelo no sentido de que sejam tomadas as medidas necessárias para que seja modificada a redação do § 2º do artigo 3º do Projeto de Lei que cria a 9ª Região da Justiça do Trabalho, com sede em Curitiba, para ficar perfeitamente definido que os Juizes do Trabalho Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento a serem elevados a Juizes do novo

Tribunal, serão escolhidos entre os que estão em exercício no território da região a ser criada.

Analisando a redação atual do Projeto de Lei em tramitação naquela Colenda Casa de Leis, parece-nos claro que esse era o desejo do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho ao encaminhar o respectivo processo. Se for aprovado o texto como está posto, porém, dúvidas poderão ser levantadas no futuro, dando margem a que sejam injustiçados aqueles juizes, trazendo-se para a nova Região magistrados que não convivem com o povo cujas causas julgariam e que, provavelmente, não contribuirão, diretamente, para a prosperidade dos Estados da jurisdição prevista.

Realmente, ao dizer que os titulares de órgãos de primeira instância serão os localizados "no atual limite jurisdicional do Tribunal..." quis o redator do Projeto de Lei excluir os dos demais órgãos da mesma região,

porque, se assim não fosse, muito mais fácil seria consignar que a escolha se faria entre os que servem "na 2ª Região" e "na 4ª Região".

Na verdade, seria profundamente injusto e politicamente desaconselhável, transferir de outros Estados juizes para compor o Tribunal que terá atribuições de julgar recursos oriundos do Paraná e de Santa Catarina, quando nestes dois Estados temos eruditos Juizes do Trabalho que há longo tempo, conhecendo os usos e costumes locais, vem elaborando, decisivamente, para que chegassemos ao estágio atual de tranquilidade e progresso.

A correção necessária, por outro lado, é simples e pequena: basta substituir nos dois tópicos do parágrafo que se referem à escolha de juizes togados, vindos da magistratura, a expressão "sediados no atual limite jurisdicional do Tribunal Regional da... Região" pela "sediados na área geográfica da membrada".

Requeiro, mais, aprovado este Requerimento, dê-se ciência da decisão desta Assembléia Legislativa aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais que integram a Bancada Paranaense.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura solicitando imediatas providências para construção de prédio escolar em alvenaria para funcionamento do Ginásio Estadual de Santa Mônica, localizado no Distrito Judiciário que dá o nome, pertencente ao Município de Santa Isabel do Ivaí, no Noroeste do Estado.

JUSTIFICATIVA: Santa Mônica notabiliza-se no cenário estadual contribuindo com elevado percentual de produtividade agro-pecuária.

Mercê de seu crescimento populacional, o número de matrículas escolares eleva-se anualmente.

Entretanto, o único imóvel escolar existente em Santa Mônica e que serve os cursos primário e ginásial não oferece as mínimas condições de segurança, higiene e conforto, dado seu precaríssimo estado de conservação, contrastando ainda com o desenvolvimento daquela próspera comunidade.

Em se tratando de um antigo barracão de madeira, o mesmo encontra-se em estado de irrecuperação, tornando impraticável qualquer tentativa de reforma o que implica em urgente necessidade de ser substituído por um prédio em alvenaria dentro dos moldes preconizados pela Lei de Reforma do Ensino.

Sem pretensão de dramatizar a situação, enfatizamos a necessidade de que medidas urgentes sejam adotadas no sentido de que Santa Mônica seja atendida nesta justa reivindicação, beneficiando-se com o objeto a que ela se propõe.

Sala das Sessões, em 3 de março de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando preceitos regimentais, requer com a aprovação da Casa, seja enviado apelo ao Senhor Governador do Estado, no sentido de que sejam executadas as obras de construção de uma ponte em concreto armado sobre o rio da VARGEM, na passagem que liga o Município de Quinta do Sol ao Município de Engenheiro Beltrão, no Norte do Estado.

JUSTIFICATIVA: Aquela passagem serve à extensão da região agrícola, densamente habitada e, liga a região Rodovia Maringá-Campo Mourão. Há pouco mais de 12 meses as chuvas arrastaram a ponte que servia o local, em virtude, do problema ocasionado na passagem, o próprio Governador Emílio Gomes, lá esteve e, perante os prefeitos da Micro-Região da localidade, prometeu solenemente executar nova ponte, de concreto, em caráter de urgência.

Incompreensivelmente, apenas o projeto foi executado, encontrando-se em poder da Prefeitura do Município de Quinta do Sol. Há necessidade de que o Governador do Estado seja lembrado urgentemente da promessa feita à região, pois o Seu Mandato está prestes a findar.

Palácio "19 de Dezembro", 20 de Fevereiro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão de Deputados para representar esta Casa na Exposição Internacional do Nelo-

re que está se realizando em Londrina, nesta Senhor Presidente:

semana, promovida pela Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, a qual está sendo prestigiada por altas autoridades estaduais e federais, inclusive pelo Presidente da República.

Requer, outrossim, que a Comissão de Deputados a ser formada, represente também o Senhor STANLEY FORTES BAPTISTA, Presidente desta Assembleia Legislativa, na 5.ª EXPOSIÇÃO Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL que realizar-se-á - Av. Presidente Vargas, 522, Rio-GB., via TELE- de 14 a 23 do corrente, na cidade de Parana-LEX, no sentido de que o DNER, autorize a COM vai e promovida, também, pela Sociedade Rural PANHIA PARANAENSE DE TELECOMUNICAÇÕES, a ins- do Noroeste do Paraná.

1975 Sala das Sessões, em 3 de março de à margem da rodovia BR-277, no trecho que li- ga Ceu Azul a São Miguel do Iguaçu, visando a implantação de linha interurbana de telefonia em DDD. A demora na referida autorização está prejudicando a população do progressista Muni- cípio de São Miguel do Iguaçu, que depende ex- clusivamente da referida autorização para con- tar com esse serviço, indispensável à comuni- cado e à região.

a) OTÁSSIO PEREIRA

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE- 1975.

QUER, após ouvido o Plenário, seja encaminha- do expediente ao Excelentíssimo Senhor Secre- tário de Educação e Cultura, solicitando que o Ginásio de Ivaiporã seja estendido para o Distrito de Arapuan, que fica a 15 km da sede do referido Município.

O crescimento vertiginoso da região faz sentir a necessidade de levar até a popu- lação do referido Distrito, os benefícios da rede estadual de ensino.

1975 Sala das Sessões, em 03 de março de

a) OTÁSSIO PEREIRA.

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente requer, ouvido o Plenário, na forma do Regi- mento Interno, o encaminhamento de APELO ao São Jorge do Oeste, que tendo sido desapropri- ado de seus imóveis, em razão de que tal área será utilizada pela Usina de Salto Ozô- da rio, devendo ser inundada pela represa da mesma, que embora as gestões das autoridades da Municipais, até a presente data não receberam maior importância econômica para o nosso Esta- do o preço devido pelas desapropriações.

1975 Sala das Sessões, em 03 de março de Tal fato vem provocando justo descon- tentamento daqueles proprietários, que se en- contram sem a terra que lhes pertencia, e sem meios de subsistência.

a) OTÁSSIO PEREIRA.

Atenciosamente,

Senhor Presidente:

1975 Sala das Sessões, em 3 de março de

O Deputado que este subscreve, regi- a) IVO THOMAZONI.

mentalmente, requer, ouvido o Plenário, seja PROJETO DE LEI:

encaminhado à Secretaria de Educação e Cultu- ra solicitação para que sejam tomadas as pro- vidências necessárias ao funcionamento do PROJETO DE LEI Nº 2/75

Curso Científico na cidade de Ivaiporã, já A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

1975 Sala das Sessões, em 03 de março de

D E C R E T A :

a) OTÁSSIO PEREIRA.

Artº 1º - Fica declarada de utilidade pública

a "ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E ASSISTENCIAL BOM JESUS DOS PADRÕES", com sede e foro na cidade de GUARAQUEÇABA, e colaboração dos ilustres Pares na aprovação deste Plano de lei.

Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PROJETO DE LEI Nº 4/74
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Sala das Sessões, em 3 de março de 1975.

D E C R E T A :

a) FRANCISCO SCORSIM

JUSTIFICAÇÃO: A Associação Hospitalar e Assistencial Bom Jesus, entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, tem por finalidade proteger e dispensar assistência médica à gestante pobre e à infância geral, na região de Guaraqueçaba, tão carente de amparo dada as condições dos habitantes.

Nestas condições, apresentamos o presente Plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e conseqüentemente aprovação.

Artº 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a asfaltar a Avenida Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do Município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina, numa distância de aproximadamente 8 quilômetros.

Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1975.

a) BENEDITO LÚCIO MACHADO.

PROJETO DE LEI Nº 3/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artº 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na cidade de Santo Antonio da Platina, sob regime de Fundação, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Artº 2º - O regime financeiro, didático e Regimento Interno da Faculdade serão fixados de acordo com a legislação correspondente e devidamente regulamentado pelo Poder Executivo.

Artº 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1975.

a) BENEDITO LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICAÇÃO: É fato reconhecido de todos que há necessidade de ampliar, no setor educacional, o número de estabelecimentos de ensino que se dediquem ao ensino e atividades especializadas.

O Município de Santo Antonio da Platina, que se tem notabilizado por um progresso constante, tanto no setor educacional como também econômico, ressen-te-se da falta de um centro educacional que proporcione à sua região, hoje bastante florescente, de mão de obra especializada.

Por outro lado, no âmbito regional, envolvendo 10 (dez) Municípios circunvizinhos, mais de 5.000 alunos, concluem anualmente o curso colegial em suas diversas áreas. Enquanto isso ocorre, uma geração inteira de jovens, daquela região, tem que se deslocar aos grandes centros em busca de aprimoramento técnico.

Estamos certos, pois, em contar com

JUSTIFICAÇÃO: O povoado de Platina, no Município de Santo Antônio da Platina, dista apenas 8 quilômetros, aproximadamente, e é um núcleo populacional de mais de 2.000 mil habitantes.

Há mais de 20 anos, foi construída a Avenida Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina à Estação Ferroviária de Platina, por onde é feito o transporte de cargas que por estrada de ferro chega normalmente àquela localidade, e, também por ela é feito o transporte de passageiros e moradores com destino ao centro do Município. Acontece, porém, que durante os longos vinte anos, a praticabilidade dessa artéria, somente tem sido feita em épocas das secas, pois, em épocas das chuvas a mesma fica totalmente intransitável.

Daí a razão da nossa iniciativa o que, certamente, merecerá a atenção e o apoio dos ilustre Pares.

PROJETO DE LEI Nº 5/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artº 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte de concreto armado sobre o rio Jacaré, na estrada que liga o Município de Santo Antônio da Platina ao Município de Barra do Jacaré.

Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1975.

a) BENEDITO LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICAÇÃO: A ponte ora existente é de madeira, está em precárias condições e limita o peso de carga dos caminhões que por ela trafegam.

A Proposição que ora temos a honra de submeter à apreciação deste Plenário é medida que se impõe como necessária para o progresso de uma das regiões mais ricas do Estado.

A construção da ponte beneficiará uma área que contribui com uma grande parcela de tributos para o erário público, justificando plenamente tal proposição.

Estamos certos, pois, em contar com a colaboração dos ilustres Pares na aprovação deste Plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 6/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artº 1º - Fica declarado de utilidade Pública o CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul.

Artº 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1975.

a) QUIÊLSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA: A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, presta relevantes serviços à comunidade de Bocaiúva do Sul e preencher os requisitos exigidos pela Lei pertinente.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa solicita aos Srs. Deputados que, nas proposições, acompanhe uma cópia para os serviços dos Anais e solicita também que, se possível, nas proposições seja feita uma súmula, para que se sintetize o assunto, para que facilite a leitura do Expediente e não os atrase.

Dou a palavra, neste momento, ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet, lembrando aos senhores que a duração do Pequeno Expediente, para cada orador, é de cinco minutos, sendo vedado apartes dos Srs. Deputados.

O SR. MAURÍCIO FRUET - Senhor Presidente, Srs. Deputados. Reafirmo, desta Tribuna, a certeza de que V.Exc.as., que foram eleitos com os votos do povo do nosso Estado, saberão honrar os seus mandatos com dignidade, inteligência e cultura peculiares de cada um, neste período Legislativo que, praticamente, hoje se inicia. Com satisfação noticiamos, neste instante, que uma das metas políticas, que há muito foi criada pelo MDB, não só desta Casa como em todo o território nacional e, particularmente no Congresso da República, tese que objetiva no pagamento a todos aqueles que exercem mandatos de Vereadores, agora foi declarado por S.Ex.a. o Sr. Presidente da República que, nos próximos dias, conforme declaração noticiosa, deverá enviar Mensagem neste sentido ao Congresso, nada mais justo

que os representantes do povo, aqueles que se iniciaram na escola política e, praticamente todos os Deputados que hoje compõem esta Casa, e já por ela tiveram oportunidade de atuar, aqueles que se sacrificam diariamente visando o interesse de suas comunidades, aqueles que representam os Municípios e pequenos Distritos, que são ligados à sua representação, arcaram com despesas de transportes e alimentação a fim de exercerem estes mandatos eminentemente prioritários, recebiam por certo por parte do Poder Público o necessário e indispensável. A atitude em trabalhar no cargo de Vereador, num posto de honraria, faz com que muitos compareçam à vida pública por não poder contar com recursos necessários a fim de atuar n'outras atividades.

Poderia afirmar que os Vereadores somente participam, no interior notadamente, de uma sessão por semana.

No entanto, as atividades dos Vereadores não se limitam a apenas às sessões, são os Vereadores que encaminham ao Poder Executivo, são os Vereadores que levam às autoridades as justas reivindicações da sua comunidade.

Portanto, ao anunciarmos esta auspiciosa notícia de que haveria uma Mensagem de S.Ex.a. o Sr. Presidente do Congresso Nacional, autorizando o pagamento dos Vereadores, queremos dizer que o MDB fica feliz com esta notícia que está, acima de tudo, prestando uma homenagem e ao mesmo tempo, reconhecendo o trabalho daqueles que se dedicam à causa da comunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vimos a esta Casa de Leis, do interior, embuídos da melhor boa vontade, de seguir à causa do nosso povo e da nossa gente.

E aqui estamos, pela vez primeira, a fim de dirigirmos a nossa palavra aos companheiros da ARENA, aos companheiros do MDB e aos funcionários desta Casa de Leis.

Sr. Presidente, há poucos minutos o Sr. 1º Secretário leu algumas matérias que me alegraram.

Uma delas, a exposição do gado nelore a realizar-se na cidade de Londrina, exposição de âmbito internacional, prestigiada por S.Ex.a. o Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel.

Assim sendo, esta Casa deveria também se fazer presente. Estou encaminhando às mãos de V.Ex.a., Sr. Presidente, um Requerimento solicitando nomear uma Comissão de Deputados a fim de representar a Assembléia Legislativa na exposição do gado nelore. Estendo também o convite a Paranavaí onde esta mesma Comissão poderá se fazer também presente naquela cidade.

Apresentamos, Sr. Presidente, um voto de regozijo ao novo jornal que surge no

Norte do Paraná, "Panorama", de propriedade da empresa Tibagi, lançamento ocorrido em Curitiba no dia 28.

Sem dúvida, Sr. Presidente, será um marco que trará grandes benefícios à nossa região Norte do Paraná.

Encaminhamos às mãos de V.Exa. Senhor Presidente, matéria também de nossa autoria, uma solicitação, pedindo o asfaltamento da Rodovia Celso Garcia, trecho compreendido entre Sertãozinho e Primeiro de Maio.

Outro Requerimento, encaminhado à Secretaria de Educação, solicitando para que o Curso Científico funcione em Ivaiporã, já que por falta de verba esta Casa não está funcionando naquela cidade.

Solicitamos também a extensão do Ginásio Estadual em Ivaiporã ao patrimônio do Arapuã. O outro Requerimento, solicitando o asfaltamento da Rodovia Bela Vista do Paraíso à Alvorada do Sul.

Sr. Presidente, neste oportunidade gostaríamos de encerrar nossas palavras, aos Srs. Deputados, à Mesa Executiva, o nosso abraço, o abraço deste humilde Deputado que vem do interior para esta Casa de Leis, embeído da melhor boa vontade. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana próxima passada estivemos com a comunidade da região dos Campos Gerais na presença de S. Exa. o Governador do Estado, Emílio Gomes, reivindicando à nossa região o que de há muito o Governo do Estado está devendo, qual seja o patrimônio a ser vinculado à nossa Universidade, do Colégio Agrícola Augusto Ribas.

Naquela ocasião tivemos de S. Exa. o Governador a palavra empenhada de que reteria a esta Casa uma Mensagem pela qual a nossa Universidade teria aquele acervo do Colégio Agrícola e agora pedimos aos Deputados aqui presentes que, quando esta Mensagem aqui vier dêem à nossa cidade, à nossa região a oportunidade de nossa Universidade contar com mais um curso, o curso de engenheiro agrônomo.

Queremos, também, neste momento, agradecer às ilustres pessoas do Primeiro e Segundo Secretários desta Casa, que quando a esta Casa compareceu o Reitor de nossa Universidade, a Universidade de Ponta Grossa, o trataram da melhor forma possível juntamente com a Comitativa que o acompanhava e, acreditamos, naquela oportunidade com a ausência do Presidente Paulo Camargo. Neste momento queremos dizer que as palavras da Reitoria foram de que de há muito é a amizade que se fecunda entre a pessoa e a família do Reitor com esta Presidência.

O segundo assunto é com referência à nossa região. Diversos foram os Governos que

o Estado do Paraná transitaram. Ponta Grossa sempre ficou, com a região dos Campos Gerais, marginalizada das obras públicas carentes desde 68. Na administração pública do Estado não se via um pontagrossense, um paranaense da região dos Campos Gerais fazendo parte do colégio, da direção da administração do Estado.

Agora, com a ascensão do futuro Governo de Jayme Canet Junior, a nossa região foi agraciada com uma Secretaria e nesta oportunidade queremos publicamente dizer que o futuro governador tem o reconhecimento do povo de Ponta Grossa, do povo da região dos Campos Gerais e somente agora teve a si, Sr. Governador, a somatória daquela grande parte do Paraná para onde converge o Sul, o Norte e o Sudoeste do Estado e que até o dia de ontem não estava presente à sua administração.

Na próxima reunião nos encontraremos e neste primeiro contacto pedindo para a nossa cidade, queremos acreditar que a maioria desta Casa não irá faltar com a região dos Campos Gerais. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros.

O SR. DÁCIO LEONEL DE QUADROS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo confessar, inicialmente, que, depois de ter ouvido os primeiros Parlamentares, venho a esta Tribuna com mais entusiasmo, especialmente porque começo a sentir — aliás, disso não tinha dúvidas — que todos estamos com o mesmo propósito, o propósito comum de servir. A serenidade no trato dos assuntos que visam o bem comum, conscientes que estamos dos deveres inerentes ao mandato que recebemos. Entendo, Sr. Presidente, que na soma dos esforços, chegaremos ao ponto comum que é a restauração do Poder Legislativo.

Pude observar, pelo pronunciamento do ilustre Deputado do MDB, da Princesa dos Campos, que aqui veio para testemunhar sua satisfação pela escolha de um homem de Ponta Grossa para compor o primeiro escalão do futuro Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendendo que todos estamos, realmente, imbuídos do mesmo propósito na colaboração de encontrarmos o caminho comum para bem servir o Estado e o País.

Sr. Presidente, Londrina, no último sábado, teve a honra de receber a visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, quando da inauguração do Instituto Agrônomo do Paraná, que é um marco indiscutível para o progresso e desenvolvimento agropecuário do Estado. Ainda mais se levarmos em conta que, um terço da renda estadual, é gerada exatamente da agricultura.

Enquanto Sua Excelência, o Senhor Ernesto Geisel encontrava-se em Londrina, Men

sagem presidencial, encaminhada ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa, nos dava notícia animadora para toda a classe política, que este ano de 75 será marcado pela concentração de esforços, nos campos político e social. Reafirma, ainda a Mensagem, o propósito de conjugar esforços para o gradual mas seguro aperfeiçoamento democrático, visando o diálogo honesto e o acatamento respeitoso. E isso virá valorizar muito a classe política. E ninguém pode duvidar disso, pois que no Governo de Ernesto Geisel tivemos o restabelecimento do diálogo com os parlamentares e a realização, como pudemos sentir, no último 15 de novembro, e com as campanhas e eleições livres em todo o País.

É preciso que todos procuremos nos ater a uma expressão muito importante da Mensagem presidencial, quando Sua Excelência diz que continua esperar dos membros do Poder Legislativo, representantes partidários do povo brasileiro e dos Estados da Federação, o estímulo, a compreensão e a cooperação.

E apenas para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo fazer uma referência ao pronunciamento do Deputado Maurício Fruct acerca dos subsídios de Vereadores, que também está contido na Mensagem presidencial. Devo dizer que essa tese não tem pai, é de todos, vem sendo há muito debatida. E posso, com mais segurança afirmar que dos parlamentares paranaenses o que mais se bateu por essa tese foi o ilustre Deputado Túlio Vargas, um dos futuros Secretários de Canet Júnior. Daí porque é um assunto que traz a todos nós, Deputados da ARENA e do MDB, regozijo pelo atendimento dessa aspiração, o atendimento de todos os Vereadores do nosso interior, de todo o Paraná. E, por último, registrando também a nossa profunda satisfação pela escolha do nome do agrônomo Paulo Carneiro Ribeiro, para ocupar a Secretaria da Agricultura do Paraná. Podemos garantir, àqueles que não o conhecem, como já afirmamos anteriormente, que ele não será apenas um bom Secretário do futuro Governo, mas haverá de ser, tenho convicção disso, um dos principais Secretários de Agricultura de todo o Brasil, e que muito enaltecerá, também, o Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, primeiro orador inscrito.

O SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao se iniciar o primeiro período legislativo da 8ª Legislatura, não poderia deixar de, desta Tribuna, fixar as linhas mestras de conduta deste humilde servidor da parcela da população brasileira, que vive neste Estado.

E, ao fazê-lo, desejo inicialmente cumprimentar os Srs. Deputados do meu Partido, Aliança Renovadora Nacional, ao mesmo tempo que pretendo, ao cumprimentar os Srs. Deputados integrantes da valorosa Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, dizer da disposição da liderança da ARENA, na condução do nosso comportamento, quando formos exigidos a participar dos debates e fixar posição em torno das matérias que para aqui foram trazidas.

E ao fazê-lo, creio que terei forças suficientes, e que Deus me ajude, para contínuar humilde, todavia firme, e que na defesa das minhas convicções feitas desta Tribuna, jamais possa servir para ferir melindres, para despersonalizar esta Casa, que é augusta e que é soberana e, acima de tudo, para que o meu comportamento possa servir sempre na valorização que agora, mais do que nunca, no início desta Legislatura se pretende, de maneira a consolidar a autoridade deste Poder, que perdeu, é verdade, mas temos tido provas contundentes de que o comportamento do Governo Central já nos possibilita afirmar aqui que a descompreensão, a abertura, ou como querem outros, o diálogo está se restabelecendo no sentido de que todos nós vejamos valorizada a função digna de representar nossa gente.

Poderia afirmar que as eleições de 15 de novembro último colocaram a classe política, a nós políticos em outra posição, não mais aquela do primeiro degrau da hierarquia das nossas instituições. Fomos todos alçados para uma posição, em razão daquele resultado eleitoral, que poderia ser definida como a revitalização política.

Até o dia 15 de novembro, nós da Aliança Renovadora Nacional parece-me, salvo melhor entendimento, éramos os únicos aplaudidos nos acertos governamentais mas, éramos, também, por outro lado, éramos nós os únicos homens que tinham a si debitados os erros porventura cometidos nos três escalões da administração pública, do Executivo.

Hoje, a responsabilidade está dividida, hoje há um equilíbrio de forças, pela vontade soberana e livre do povo paranaense, entre a situação e a oposição. Quero crer que o resultado do pleito do ano passado foram razão de um período que poderíamos definir como se fôra o período da estagnação política. O resultado eleitoral abriu novas perspectivas para a classe política.

Como homem do Governo é necessário que afirme, desta Tribuna, que a revolução, que tem a sustentá-la o meu Partido, garantiu um clima de total e ampla liberdade e nós homens do Governo tivemos as mesmas oportunidades que os homens da oposição tiveram e os assuntos que se constituíram em verdadeiros tabus para a imprensa foram, durante o pleito eleitoral, explorados e também explorados pela inteligência dos homens da Oposição, que surpreenderam o mundo com o resultado eleitoral, resultado que nós, homens do Governo, consideramos justo, porque, deixando-

ríamos de atribuir-nos a condição de homem democrático se não entendêssemos este pronunciamento como fruto também de alheiamen- to de tantas lideranças governamentais, ou ao episódio mais sério que é aquele das re- presentações, do Congresso e das Assembléias Legislativas dos Estado.

Quis a vontade e a bondade dos meus companheiros da ARENA, que eu me desincumbis- se da tarefa difícil de liderar tão ilustre, majoritária e inteligente Bancada nesta Casa e, embora honrosa, a difícil missão de lide- rar os meus companheiros de Partido nesta

Casa; devo dizer que, quando a liderança, em termos de saber interpretar a maioria das vontades dos meus companheiros, que espero poder e saber desincumbir-me da missão atra- vés do diálogo sempre franco, que eu haverei de manter com todos os companheiros.

Para maior clareza da minha inten- ção, gostaria de definir a minha missão em 3 pontos, que considero fundamentais para o meu sucesso: Unidade da Bancada; desejo que os interesses superiores da Nação, que são os interesses do Estado e portanto considera dos fundamentais na vida pública, mereçam dos meus companheiros de Partido sempre, esta unidade, porque os interesses do Estado igualmente fundamentais, como disse, são os interesses da nossa gente a quem aqui esta- mos para servir, porque nos propusemos a fa- zê-lo.

Poderia fixar como 2º ponto, para que não se apregoe a existência de grupos de opressão tão conhecida na gíria parlamentar de "rolo compressor", mesmo na nossa Bancada quando das decisões, que haja liberdade na acidental, naquilo que se pode considerar de sucundário, dos interesses de grupos de De- putados que sempre existiram como os interes- ses pessoais dos Deputados, que existem por- que eles são a própria exigência muitas ve- zes da sobrevivência política do parlamen- tar, e, como 3º ponto, poderia defini-lo co- mo em todas as questões, de interesse funda- mental ou de interesse acidental — não se poderia jamais abrir mão da unidade, e do amor ao Paraná, amor ao Brasil mas sobretudo amor, sensibilidade à gente brasileira que vive neste Estado e que está a necessitar de que as inteligências de V.Exas. estejam sempre a serviço do bem e nós sabemos, elas estarão — desejo referir-me à ilustrada Bancada do MDB, porque a presença de uma va- lorosa e numerosa Bancada da Oposição nesta Casa, leva-me a adquirir a posição de Líder da Arena, também no relacionamento que esta Liderança pretende manter com os homens inte- grantes do MDB e creio que posso dizer à Opo- sição, uma palavra: se algo há para o cres- cimento do nosso Estado, sei e entendo a res- ponsabilidade da Bancada oposicionista pois com o crescimento da vertiginosa Bancada, cresceram também as suas responsabilidades - perante o povo e também a História do nosso Estado. O calor dos debates que certamente ocorrerão neste Plenário, jamais pretendemos que desçam a nível pessoal. O respeito pelas

proposições que serão sempre analisadas com carinho, e procuraremos fazer na minha Banca da com que a posição do meu Partido majorita- rio seja sempre considerada como um todo no interesse do atendimento das aspirações da coletividade, para que cada um possa repre- sentar nossa Casa. Quando houver necessidade de que a proposição da minoria seja analisa da pelo Poder Executivo, e esta Liderança está à disposição da Arena e do MDB para fa- zer com a maior brevidade possível, chegue ao conhecimento do Executivo para que o Exe- cutivo, através da nossa palavra, dê aos Srs Deputados a consideração que deve dar à in- formação solicitada ou às providências preco- nizadas, sem que a convivência fraternal, ape- sar das divergências de ideais caracterizem- se com o pensamento desta Casa de Leis. Cre- mos que neste Legislativo haveremos de igual- mente ter uma convivência vibrante, mas sem- pre voltada para os interesses maiores da nossa gente e da nossa terra, e desejo cum- primentar o MDB por haver escolhido na figu- ra de um dos seus mais ilustres membros, o eminente Deputado José Muggiatti Filho, o seu Líder que nós aprendemos a admirar e a respeitar durante os 4 anos da 7ª Legislatu- ra, homem que soube dialogar, que sempre sou- be trazer para a Tribuna deste Poder, os as- suntos mais palpitantes no interesse sempre do Estado e da nossa gente.

E nos propomos a manter com S. um diálogo mais franco. Aquele que de- tir para maior integridade das Bancad- ra que jamais ocorra que esta Liderança di- vidualize neste Plenário, contatos com ho- mens do MDB, para, procurando alterar qual- quer posição de qualquer dos Srs. membros, possa ferir a integridade da lide- que deve ser mantida e valorizada.

E aos meus companheiros re- instante em que eu não souber traduzir as aspi- rações, estamos como estamos ora e des- de este instante, para anunciar a condição de líder. No momento que nós não souber- mos traduzir o pensamento de cada um, no con- tato permanente, que por certo, o líder man- terá com o Governo do Estado, que me substi- tua.

E entre os Srs. Deputados de minha Bancada, existem melhores condições que as minhas para o exercício da liderança. E se isso ocorrer no futuro, saibamos eu, ou o meu substituto, colocarmos acima dos nossos interesses pessoais, o respeito que deve nos merecer os interesses de cada um em particu- lar.

Sou dosque entendem diálogo como si- nônimo de crescimento e desenvolvimento do Paraná. Sei, e entendo a responsabilidade - que todos nós temos, e aqui quero também afirmar que entendo ser este o momento deci- sivo para nós, colocarmos na posição que sem- pre desejamos que estivesse colocado o Po- der Legislativo no contexto nacional.

E quero pedir aos companheiros da ARENA e do MDB que os debates de Plenários

e das Comissões Técnicas, sejam conduzidos portanto, à altura do momento nacional, e porque não dizer, mundial também.

Com o nosso comportamento local have remos de contribuir para solucionar os rumos políticos institucionais da Pátria e colaborar para o crescimento do desenvolvimento econômico-social.

A história fará o julgamento desta fase da nossa vida político-administrativa e o malogro ou a conquista será tributado à classe política.

Em nossas mãos portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está em saber interpretar o momento histórico em que vivemos.

Devo, ao finalizar, dizer que acima do encargo com otimismo e confiança, porque conheço os valores de velhos amigos desta Casa, mas que conheço também e vejo nos novos valores ilustres, a disposição do devotamento à coisa pública. E nós que estamos na ARENA, devemos por certo reconhecer que a Revolução ainda não esgotou toda a potencialidade, não tolheu todos os caminhos para que a nossa Pátria alcance o pedestal do desenvolvimento almejado pela ARENA e pelo MDB.

O SR. MUGGIATTI FILHO - V.Exa. permite um aparte? (ASSENTIMENTO). Eminentíssimo Deputado Ivo Thomazoni, acompanhamos como sempre com atenção o ilustrado discurso de V. Exa. já foi com brilhantismo o Líder da Bancada de seu Partido nesta Casa na Legislatura anterior e, temos certeza, com o mesmo patriotismo levará avante a tarefa que V.Exa. com tanto senso de responsabilidade fez referência agora da Tribuna. Temos certeza, de nossa parte, de que esta preocupação é justificada e V.Exa., dentro deste princípio com que pretende orientar aquilo que está afeto a V.Exa., os destinos e as decisões que devam ser tomadas por esta Casa, deixou evidenciado o espírito público que deverá caracterizar uma vez mais a liderança de V.Exa.

Desejamos agradecer a V.Exa. as referências que imerecidamente foram registradas neste seu discurso. Com relação à Bancada do MDB que na legislatura passada, como bem acentuou V.Exa., representava apenas 20% da representação popular na Assembleia Legislativa do Estado hoje está em número de equilíbrio e conseqüentemente, neste caso, em proporção ao que a Bancada representa, realmente está com a responsabilidade dividida.

Entendemos, eminente Líder, no entanto, que a nossa responsabilidade no que diz respeito a outros pontos fundamentais de direção desta Casa, ou seja, da administração pública, da administração direta, a nossa responsabilidade é essencialmente mais fiscalizadora. E V.Exa., que já pertenceu a um partido de oposição, se não estou enganado, conhece muito bem a responsabilidade de fiscalizar, principalmente fiscalizar honestamente, é isto que pretendemos abordar num próximo pronunciamento nosso. Mas, desde já, digo, respondendo a V.Exa. e agradecendo as palavras de V.Exa., a nossa Bancada que é o MDB, aqui está presente nesta Casa, realmen-

te, para o diálogo em tudo aquilo que diga respeito aos interesses comuns.

Porisso, congratulo-me com V.Exa., que na legislatura passada, como Líder do Partido de V.Exa. e do próprio Governo, nunca relegou a planos secundários as proposições de uma minoria acentuada como foi a da legislatura passada. Embora, minoria na proporção a que me referi, mas que soube manter, nesta Casa, uma atuação da qual fomos o mais modesto colaborador no sentido de valorizar o Poder Legislativo, que, realmente, como bem acentuou V.Exa., é Poder fundamental para reconstituirmos a verdadeira Democracia em nosso País.

Muito Obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI - Agradeço a generosidade do aparte de V.Exa., Sr. Deputado e não poderia deixar a Tribuna sem antes dirigir-me, especificamente, aos Srs. Deputados, integrantes da Bancada do meu Partido.

Nós que fomos políticos do lado de dentro do balcão, sem nunca nos haver despedido da condição daqueles que estão do outro lado do balcão, sem nunca termos perdido a sensibilidade das coisas pequenas que, no todo, fazem a grandeza de cada um, devo afirmar a VV.Exas. Srs. Deputados da ARENA, que VV.Exas. terão, na pessoa do Líder, aquele que haverá de lutar no sentido de que cada um tenha participação maior na administração estadual. Que não se fortaleça demais, o sentido dos governos eminentemente técnicos, para que haja a participação da classe política na dosagem tão necessária para o atendimento sempre maior, nas aspirações da nossa coletividade, especialmente a interiorana, que quando fala ao Governo, o faz através de VV.Exas. que são e não poderiam deixar de sê-lo, os legítimos, os únicos e verdadeiros intérpretes da sua vontade.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA - V.Exa. permite um aparte? (ASSENTIMENTO)

Com grande satisfação e com grande prazer ouvimos esse importante pronunciamento de V.Exa. como Líder do Governo e Líder da ARENA nesta Casa. Quero testemunhar o despreendimento e a compreensão de V.Exa. quando Líder do Governo na 7ª Legislatura durante o período em que tive a honra de ser o líder do Movimento Democrático Brasileiro.

Quero declarar neste instante a todos os Srs. Deputados, que houve sempre o melhor diálogo na Bancada do MDB com a Bancada da ARENA que V.Exa. soube muito bem conduzir. Tenho certeza que saberá conduzi-la nesta Legislatura, onde, com muita honra, a Bancada do MDB é composta por mais de 45% de representantes do povo.

Quero deixar aqui meus agradecimentos pelas atenções recebidas naquele período em que tive a honra de ser o Líder do MDB. E deixar também os meus agradecimentos, de todo coração, àqueles Deputados reeleitos pela ARENA e também aos não reeleitos e que pertenceram a esta Casa Legislativa, pelo atendimento e compreensão, quando foi fácil conduzir nos-

ossos projetos, nossas aspirações e nossos Re-
querimentos.

Meu muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Deputado
Domício Scaramella, V.Exa. tem sido nesta Ca-
sa, de longa data, um legítimo representante
do povo do Paraná. Sempre preocupado em que o
povo tivesse esta Casa como ressonância de
suas aspirações.

O comportamento pessoal e político de
V.Exa., no exercício da Liderança do Movimen-
to Democrático Brasileiro, na 7ª Legislatura,
fez com que crescesse em nós a admiração e
respeito que sempre devotamos a V.Exa.

Tenho certeza, nós que estamos a ini-
ciar uma convivência que haverá de se prolon-
gar por 4 anos, onde somos chamados de "vete-
ranos", e eu lamento tanto quando assim
denominam, porque me considero ainda tão jo-
vem para a vida parlamentar, junto com esta
pleiade de jovens valores que para aqui vie-
ram, alguns dos quais conheço pessoalmente, de
uma convivência muito longa, e que são repre-
sentantes de minha região. São três jovens
idealistas, combativos, inteligentes, que
haverão de dignificar esta Casa de Leis. O
primeiro, bacharel Nilson Sguarezzi, domici-
liado em Pato Branco; o ilustre homem público
engenheiro Dr. Deny Lineu Schwartz, que tem
domicílio eleitoral em Francisco Beltrão e o
joven bacharel, companheiro de Partido, Dr.
Luiz Alberto de Oliveira.

Verificamos que nesta legislatura
o Sudoeste e parte do Oeste Paranaense estão
numericamente, e acredito que não só quantita-
tiva, mas qualitativamente melhores represen-
tados.

Haveremos de encontrar tempo de nos
despirmos da condição de Líder que absorve
muito tempo para, em inúmeras outras oportuni-
dades, Deputados Nilson, Deny e Luiz Alberto,
nos reunirmos para discutir os problemas que
afligem nossa gente e nossa região; haveremos
de lutar juntos quando formos chamados a dis-
cutir os interesses de nossa gente porque a
liderança é efêmera e o mandato também o é.
O respeito e a confiança que aquela população
depositou em Vv.Exas. e na minha pessoa, que-
ro crer, devem estar prestigiados sempre, de-
vem estar acima de qualquer acerto, de qual-
quer acordo que não represente os legítimos
anseios daqueles a quem devemos nossa estada
nesta Casa de Leis.

Ao despedir-me, Sr. Presidente, Srs.
Deputados, apelo no sentido de que reunamos
nossas forças para enaltecer o nome deste Po-
der que tem um corpo de funcionários extraor-
dinariamente qualificado, que tem uma Mesa Di-
retiva composta de homens ilustres das duas
Bancadas e que tem em Vs.Exas. a expressão má-
xima da representatividade das lideranças po-
líticas do Paraná. Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra
ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Otás-
sio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presiden-
te, Srs. Deputados.

Este é um país dos paradoxos pois se
financiou para plantar café, se financiou pa-
ra erradicar café, para arrancar café. Este
é um país dos paradoxos pois se deu dinheiro
para colher café e se deu dinheiro para queir-
mar café. Sem dúvida nenhuma é um país dos pa-
radócos, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A agricultura do nosso querido Estado
passa por uma grave fase. Quando da chegada
de S.Exa. o Sr. Ministro da Agricultura, Al-
lison Paulineli, levamos ao seu conhecimento
o problema dos plantadores de algodão, o pro-
blema dos cotonicultores de nosso Estado.

Peço licença, Sr. Presidente, Srs. De-
putados, para ler na íntegra a cópia do do-
cumento que entregamos a S.Exa. o Sr. Minis-
tro da Agricultura para que, através da sua
experiência, através da sua inteligência, a-
través da sua assessoria, traga ânimo e espe-
rança ao trabalhador sofrido, ao trabalhador
espoliado, ao trabalhador, que muitas vezes,
durante e mesmo depois da colheita, é rouba-
do. Refiro-me aos plantadores de algodão.

Eis na íntegra o documento que entre-
gamos a S.Exa.:

(Lendo): - "Os cotonicultores do Norte do Pa-
raná, mormente aqueles que labutam na região
de Assaí, Santa Cecília, Jataizinho e re-
giões circunvizinhas, estão desolados em face
da crise que atualmente atravessa a cotonicul-
tura. Máquinas de beneficiamento estão fechan-
do, as que estão operando ainda não começaram
a adquirir a mercadoria desta safra, sob a ale-
gação de que não há cotação para o produto.
O preço mínimo, de Cr\$ 53,20 por arroba, tam-
bém não atende às necessidades básicas. Ex-
ploração dessa importante fonte de renda do
País, sendo que no ano passado o preço era de
Cr\$ 45,00 a arroba.

Há pequenos sitiantes e trabalhadores
rurais que, muito embora já tenham colhido
boa planta do seu algodão, estão às portas da
fome, pois sua mercadoria não tem comerciali-
zação. E os "bóias-frias"? Esse verdadeiro
problema social que vem desafiando a ação dos
governos e perturbando a consciência nacion-
al? Estão mendigando, mais do que nunca es-
tão dependendo da caridade dos habitantes das
cidades, os quais, também acossados pelo ele-
vado custo de vida, se vêem na contingência de
dividir o seu pão com seus irmãos favoreci-
dos.

Realmente, a situação é desoladora. Nu-
ma atitude de expectativa, sequer os Bancos
estão financiando a cotonicultura, salvo o
Banco do Brasil, ainda assim com muita caute-
la e reserva.

A permanecer o atual estado de coisas
com a falta de comercialização e de financia-
mento, a produção de algodão estará toda com-
prometida, pois já se prevê o perecimento das
lavouras, no próprio campo. As maçãs, com o
sol abrasador, estão estourando, deixando a
colheita à mercê de efeito destruidor dos in-
tempéries, sem colhedores, por falta de ver-
ba para pagá-las.

A falta de proteção à comercialização

da safra de algodão é assustadora e incompreensível. Será que só depois que a situação es- que vem, para que em 1976 não aconteça aquilo que está acontecendo com o cotonicultor, os tiver irremediável que se tomará alguma medi- plantadores de algodão no nosso querido Para- da? Aí já será tarde. E quem perde, em última nã, que tanto queremos e tanto amamos. São análise, é o próprio País, pois o algodão se estas as nossas palavras. São constitui num dos principais produtos de ex- portação Nacional.

O que se nota no momento? É o maior estímulo à produção de soja e do trigo, e o desestímulo ao algodão, então por que induzir o cotonicultor a investimentos vultosos, sem falar no custo, que é maior dentre todas as culturas agrícolas? Adubos, inseticidas, em conclusão, todos os insumos modernos, como é público e notório triplicaram de preço na corrente safra. Além do mais, o lavrador luta também com o problema da erosão, que avassala as terras, tirando-lhe a fertilidade e baixando-lhe a produtividade. Na corrente safra, o produtor de algodão, além dos percalços inerentes ao ramo, travou, também, combate insano contra as chuvas excessivas, que ocasionaram novos plantios, provocando a compra de mais sementes e encarecendo, por consequência, os custos. E, para complicar, ventos frios no fim do ano passado acarretaram a interrupção do crescimento dos algodoeiros, quando não os dizimaram por completo.

Este quadro sombrio é a expressão da realidade e para a sua constatação basta que se faça uma visita aos campos da região.

Já na cidade, nota-se que os "bóias-frias" perambulam, agora mais intensamente do que em outras épocas, reflexo da fase difícil porque atravessamos.

Ademais, o problema social que resultará do fracasso da cotonicultura já é sentido por toda a população, quer urbana, quer rural. Como sabemos, a mão de obra em larga escala nas lavouras de algodão, é indispensável, principalmente na colheita, quando vasto contingente de "apanhadores" são arregimentados. Se houver um desestímulo nesse setor, a mecanização, lobo voraz que ameaça os habitantes da zona rural, imperará solene, expulsando para a miséria e a fome a maior parte dos trabalhadores agrícolas. Parece que as autoridades responsáveis ainda não despertaram, para o gravíssimo problema que agora reportamos.

Apesar os pesares, os cotonicultores ainda esperam do Governo uma medida urgente, que venha, se não salvar, pelo menos reparar o estrago que uma má política de comercialização agrícola vem causando na agricultura Nacional.

É imperiosa uma urgente atitude de proteção aos cotonicultores, caso contrário toda a região produtora será mergulhada numa crise que já se afigura como uma das maiores já registradas na agricultura da Pátria.

Como disse há poucos minutos no Pequeno Expediente, a nossa vinda a esta Casa foi no sentido de solicitar, vimos com o propósito de trabalhar e, assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentamos a S. Exa. este memorial, queremos fazer entrega à Mesa de uma cópia deste memorial, para que o ano

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. APOIADOS. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à votação da matéria constante sobre a mesa:

Ofício firmado pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, comunicando sua designação para exercer a Liderança da Arena na Casa. AO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO. DIVISÃO DAS COMISSÕES, PARA ANOTAR.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elias Labegalini, ocorrido em Kalesca. - APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Domício Scaramella, Luiz Roberto Soares e Deny Lineu Schwartz, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Alvir Rosenberg, ocorrido em União da Vitória. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Revista "Paraná em Páginas", pela passagem do seu décimo aniversário. - Em discussão.

O SR. PRESIDENTE - Tem a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL - Sr. Presidente para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Será transferida a discussão para a próxima Sessão.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente.

V.Exa. perdoe a falta de atenção deste Deputado.

Qual o Requerimento, que é o autor? Refiro-me, Sr. Presidente, ao Requerimento que foi solicitado o adiamento de discussão.

O SR. PRESIDENTE - O Requerimento é de autoria do Deputado Enéas Faria, que requer à Mesa voto de congratulação pela passagem do

10º aniversário da revista "PARANÁ EM PÁGINAS".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo ao Professor Dr. Renê Ariel Dotti, da Universidade Federal do Paraná, por sua participação brilhante no "V Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins, - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do Expediente solicitando voto de louvor ao Professor Dr. Renê Ariel Dotti, por sua brilhante atuação no V Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Osório Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar ao órgão competente, a construção de uma ponte em concreto, sobre o Rio da Vargem, na passagem que liga o Município de Quinta do Sol ao Município de Engenheiro Beltrão. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Telex, ao Sr. Presidente do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de que autorize a Companhia Paranaense de Telecomunicações, a instalar cabo telefônico ao longo do acostamento à margem da Rodovia BR-277, no trecho em que liga Céu Azul a São Miguel do Iguaçu. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de autorizar a pavimentação da BR-467, no trecho compreendido entre Toledo, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando seja enviado Telex, ao Sr. Presidente da Eletrosul, solicitando providências, no sentido de atender justa reivindicação dos agricultores, proprietários de terras situadas no Município de São Jorge do Oeste, tendo sido desapropriadas, em razão de que tal área será utilizada pela Usina de Salto Ozório, devendo ser inundada pela represa da mesma. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Ezequias Losso, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Câmara Federal, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam tomadas as medidas necessárias, para que seja modificada a redação do § 2º do artigo 3º do Projeto de Lei que cria a 9ª Região da Justiça do Trabalho, com sede em Curitiba. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Osório Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente

ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, visando a construção de prédio escolar no Município de Santa Izabel do Ivaí. Em discussão.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão.

O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE - Fica transferida a discussão do presente Requerimento para a próxima Sessão, na forma do Artº 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Srs. Deputados para representar esta Casa, na Exposição Internacional do Neloze, que está se realizando em Londrina, promovida pela Sociedade Rural do Noroeste do Paraná. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à Secretaria de Educação e Cultura no sentido de que sejam tomadas as providências quanto ao funcionamento do Curso Científico, na cidade de Ivaiporã, já criado e que, por falta de verba, não entrou, ainda em funcionamento. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao D.E.R., no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias ao asfaltamento da estrada "Celso Garcia" que liga Sertãoópolis a Primeiro de Maio. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que seja estendido para o Distrito de Arapuan, o Ginásio de Ivaiporã. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao D.E.R., no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias ao asfaltamento da Rodovia que liga Bela Vista do Paraíso a Alvorada do Sul. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a Editora "Tibagi S/A", pelo lançamento do Jornal Panorama. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado do Werner Wanderer, constante do Expediente, solicitando voto de louvor, ao Jornal "O Estado de São Paulo", por haver completado o seu primeiro Centenário de Fundação. - APROVADO.

Em atenção ao Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Otássio Pereira, a Mesa comunica que, depois de consultar os Srs. Deputados da região, designará a Comissão que representará a Casa na Exposição, que será realizada em Londrina.

Nada mais havendo a tratar, declaro - trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião an- encerrada a presente Sessão, marcando outra terior. Como nada constasse da Hora do Expedi- para amanhã, dia 4, terça-feira, à Hora Regi- ente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram mental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª Discussão - dos Projetos de Lei nºs.
35/74, 87/74 e 134/74.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública na Sala das Comissões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Junior, Olavo Ferreira, Ivo Rocha e Álvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 283/73 - De autoria do senhor deputado Paulo Poli, que cria cursos Normal e Científico, no município de Terra Roxa para funcionar no próximo ano letivo. Relator: Deputado Antonio Lopes Junior. Parecer: Favorável. PROJETO DE LEI Nº 235/73 - De autoria do senhor deputado Basílio Zanlisso, que denomina "Antonio Pereira de Carvalho", a Escola Técnica de Comércio de Alto Paraná. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. Aprovado: PROJETO DE LEI Nº 243/73 - De autoria do Senhor deputado Maurício Fruet, que suprime a partir de 1974, nos estabelecimentos de ensino de 1º grau do Estado, as aulas aos sábados, onde cumprir-se-á no mínimo 180 e 190 dias de trabalho escolar efetivo. Relator: Deputado Ivo Rocha. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 67/71 - De autoria do senhor deputado João Mansur, que acresce ao parágrafo 1º do artº 47, da Lei 5.871 de 9 de novembro de 1968, o inciso seguinte: IV - "Por necessidade de Educação". Relator: Deputado Álvaro Dias. Parecer: Contrário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Maria Aparecida Amaral, secretária lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

- a) ANTONIO LOPES JUNIOR - Presidente.
a) MARIA APARECIDA AMARAL - Secretária.

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Reuniões, com a presença dos Senhores Deputados: Antonio Lopes Junior, Olavo Ferreira e Ivo Thomazoni. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os

trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 88/72 - De autoria do senhor deputado, Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí, município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 273/71 - De autoria do senhor deputado Quiélse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, construir, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, um prédio para o Ginásio Estadual na sede do município de Itaguajé. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 22/74 - De autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont que autoriza o Poder Executivo, construir no bairro do Capanema desta Capital, um complexo educacional, que abranja os cursos de 1º e 2º graus, bem como instalações destinadas a práticas desportivas, em substituição ao atual estabelecimento de ensino denominado "Hildebrando de Araújo" e dá outras providências. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 179/69 - De autoria do deputado Luiz Renato Malucelli, que estabelece laudo de exame psíco-técnico, a candidatos inscritos para concurso de ingresso no magistério público estadual, de qualquer grau. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI Nº 169/73 - De autoria do senhor deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Inpsetoria Regional de Ensino, na sede do município de Dois Vizinhos, cuja jurisdição abrangerá os municípios de Verê, São Jorge d'Oeste e Salto do Lontra. Relator: Deputado Olavo Ferreira. Parecer: Contrário. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Maria Aparecida Amaral, secretária lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

- a) ANTONIO LOPES JUNIOR - Presidente.
a) MARIA APARECIDA AMARAL - Secretária.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala de reuniões, com a presença dos senhores deputados: Antonio Lopes Júnior, Rosário Pittelli e Álvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 19/74 - De autoria do senhor deputado Haroldo Bianchi, que cria na Fundação Estadual Faculdade de Filosofia, Ciências e Le-

tras de Jacarezinho, os cursos de "Orienta- sino. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Pare
dor Educacional" e "Supervisor de Ensino". Re cer: Favorável. Aprovado. Nada mais havendo
lator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Fa- a tratar o senhor Presidente declarou encerra
vorável. Aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº dos os trabalhos da presente reunião, da qual
24/74 - De autoria da Comissão de Constitui- para constar eu Maria Aparecida Amaral, secre
ção e Justiça, ex-proposição nº 50/74, que a- tária, lavrei a presente Ata que depois de a-
prova convênio celebrado entre o Estado do aprovada é por mim assinada bem como pelo se-
Paraná e a União, por intermédio do Ministê- legais.
rio da Educação e Cultura, destino à aplica- a) ANTONIO LOPES JÚNIOR - Presidente.
ção de recursos na expansão e melhoria do en- a) MARIA APARECIDA AMARAL - Secretária.

BALANCETE:

DFCP - CONTABILIDADE GERAL - BALANCETE DO MÊS DE NOVEMBRO/1974

A T I V O

DISPONÍVEL

Tesouraria	2.724.940,23	2.724.940,23
------------	--------------	--------------

EXECUÇÃO DA DESPESA

Venc. e Vantagens Fixas	15.672.910,66	
Desp. Var. c/P. Civil	6.662.049,87	
Material de Consumo	765.051,49	
Serviços de Terceiros	3.354.124,55	
Encargos Diversos	1.002.968,42	
Desp. Exerc. Anterior	121.026,11	
Subvenções Sociais	4.079.000,00	
Inativos	2.213.116,51	
Pensionistas	913.448,13	
Salário Família	300.051,04	
Equip. e Instalações	719.904,01	
Material Permanente	1.044.868,03	
Aux. p/Obras Públicas	5.000.000,00	
Contr. de Prev. Social	4.283,42	41.852.802,24

CONTAS PENDENTES

Despesas Diferidas	-0-	-0-
--------------------	-----	-----

SOMA DO ATIVO.....	44.577.742,47
--------------------	---------------

P A S S I V O

LIBER. SECR. FAZENDA

PESSOAL

Venc. e Vantagens Fix.	15.570.000,00	
Desp. Var. c/P. Civil	6.916.000,00	
Inativos	2.230.000,00	
Pensionistas	920.000,00	
Salário Família	308.920,00	25.844.920,00

OUTRAS DEPENDAS DE CUSTEIO

Material de Consumo	675.000,00
Serviços de Terceiros	3.070.000,00
Encargos Diversos	1.030.000,00
Desp. Exerc. Anterior	200.000,00
Subvenções Sociais	4.240.000,00
Contr. de Prev. Social	5.000,00

CAPITAL

Equip. e Instalações	845.000,00	
Material Permanente	1.200.000,00	
Aux. p/Obras Públicas	3.505.000,00	5.550.000,00
		40.614.920,00

CREDORES

Despesas Empenhadas	2.872.316,03
Despesas Processadas	267.920,83
Folhas de Pagamento	704.402,37
Restituições	12.807,21
Consignações	4.836,40
	3.862.282,84

<u>RESTOS A PAGAR</u>			
Empenhados	30.226,87		
Processados	<u>1.800,00</u>	32.026,87	
<u>CONTAS PENDENTES</u>			
Outras Contas Pendentes	<u>68.512,76</u>	<u>68.512,76</u>	<u>3.962.822,47</u>
SOMA DO PASSIVO			<u>44.577.742,47</u>

Palácio

Palácio "XIX de Dezembro", em 04 de Dezembro de 1974

Chefe da Secção de Cont.

Chefe da Div. Cont.

Contador Geral

PORTARIA Nº 11/75PORTARIA Nº 14/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 172/75, de 8 de janeiro de 1975, deste Poder,

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 188/75, de 09 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:RESOLVE:

- I — revogar a Portaria nº 230/71, que designou a funcionária MADALENA MARIA DE LIMA, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Antonio Lopes Junior;
- II — designar a referida funcionária, para prestar serviços no Gabinete da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado José Lázaro Dumont.

conceder a PAULO HENRIQUE DE ARRUDA GONÇALVES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 13 de janeiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CARMARGO — Diretor Geral

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de fevereiro de 1975.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA Nº 15/75PORTARIA Nº 12/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8233/74, de 24 de setembro de 1975, deste Poder,

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 48/75, de 06 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:RESOLVE:

designar MAURÍCIO CESAR PEREIRA, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços à liderança do M.D.B., junto ao Gabinete do Deputado Nelson Buffara.

conceder a MARIA DA LUZ AZEVEDO SOARES, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 13 de janeiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 13/75PORTARIA Nº 16/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10712/74, de 30 de novembro de 1974, deste Poder,

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 58/75, de 06 de janeiro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:RESOLVE:

conceder a SOLON FONTOURA RODRIGUES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1974, a partir de 6 de janeiro de 1975.

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 3/74 de 15 de janeiro de 1974, ao funcionário JOAQUIM VIEIRA DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 17/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 387/75, de 17 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NEY RODRIGUES, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença, para tratamento, a partir de 31 de dezembro de 1974, em prorrogação.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 18/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 36/75, de 36 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a DIMITRYA PIRIH MARANHÃO, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1974, a partir de 8 de janeiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 19/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 94/75, de 7 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 3/74, de 15 de janeiro de 1974, a GILBERTO BITTENCOURT FANTOURA funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 20/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 786/75, de 31 de janeiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

designar, para compor grupo de trabalho destinado a calcular e elaborar os demonstrativos de rendimentos anuais, de funcionários, deputados, inativos e pensionistas do Poder Legislativo, para efeito de Imposto de Renda: NELSON SILVIO SALLES, JOÃO MARIA DE JESUS CAMPOS DE ARAUJO, SÉRGIO VALÉRIO ANTONUCIO, ELEOVAN CESAR RIBEIRO, ALMIR SANTOS e BLUMER BOSQUILIA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 21/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar todas as Portarias que designaram os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços aos Gabinetes da Comissão Executiva.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 22/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar todas as Portarias, que designaram todos os funcionários Adidos a essa Assembléia Legislativa, para prestar serviços nas Lideranças da "ARENA" e "M.D.B.", junto aos Gabinetes dos Deputados da Comissão Executiva.

PORTARIA Nº 23/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar todas as Portarias que designaram os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços nas Lideranças da "ARENA" e "M.D.B.", junto aos Gabinetes dos Deputados.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 24/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o nº 148/75, de 8 de janeiro de 1975 deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ALBINO DE BRITO FREIRE, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 13 de janeiro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de fevereiro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral